



**UNIOESTE - CAMPUS TOLEDO**

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL E AGRONEGÓCIO**

**QUALIFICAÇÃO E PERMANÊNCIA DO AGRICULTOR FAMILIAR NO CAMPO:  
A CASA FAMILIAR RURAL DO MUNICÍPIO DE CANDÓI - PR**

**RAQUEL MENDES DO CARMO**

**TOLEDO – PR**

**JULHO / 2010**



**UNIOESTE - CAMPUS TOLEDO**

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL E AGRONEGÓCIO**

**QUALIFICAÇÃO E PERMANÊNCIA DO AGRICULTOR FAMILIAR NO CAMPO:  
A CASA FAMILIAR RURAL DO MUNICÍPIO DE CANDÓI - PR**

**RAQUEL MENDES DO CARMO**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, para obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

**Orientador: Prof. Dr. Silvio Antonio  
Colognese**

**TOLEDO - PR**

**JULHO / 2010**

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária  
UNIOESTE/Campus de Toledo.  
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

C287q Carmo, Raquel Mendes do  
Qualificação e permanência do agricultor familiar no  
campo : a Casa Familiar Rural do município de Candói /  
Raquel Mendes do Carmo.-- Toledo, PR : [s. n.], 2010.  
x ; 85 f.

Orientador: Dr. Silvio Antônio Colognese  
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e  
Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.  
Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas

1. Agricultura familiar 2. Propriedades familiares 3. Casa  
Familiar Rural – Condói (PR) 4. Educação rural 5. Vida rural  
– Condói (PR) 6. Juventude rural I. Colognese, Sílvia Antônio,  
Or. II.T

CDD 20. ed. 338.1098162

**QUALIFICAÇÃO E PERMANÊNCIA DO AGRICULTOR FAMILIAR**  
**NO CAMPO: A CASA FAMILIAR RURAL DO MUNICÍPIO DE CANDÓI - PR**

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, nível de Mestrado, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus Toledo*, em 09 de julho de 2010.

---

Prof Dr Silvio Antonio Colognesse - UNIOESTE  
Orientador e Presidente da Banca

---

Prof Dr Fernando Franco Netto – UNICENTRO  
Membro da Banca

---

Prof Dr Alfredo Batista – UNIOESTE  
Membro da Banca

Toledo, 09 de julho de 2010.

## DEDICATÓRIA

Dedico à todos aqueles que acompanharam meu crescimento pessoal, profissional e intelectual, minha trajetória, tropeços e vitórias. Sem nominá-los, a vocês, meu apreço e carinho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiro ao meu Deus, pelas oportunidades e chances que a vida sempre me oportunizou, pelos cuidados e acima de tudo, pelo dom da vida.

Agradeço à minha família, pelo amor, força e incentivo incondicionais, pelos exemplos de vida, pelo exemplo de determinação e pela inesgotável motivação.

Agradeço também aos meus amores, àqueles que a cada dia me mostram que sonhar é preciso e, realizar é possível. Obrigada pela força e coragem, me iluminando com seu sorriso e tornando mais leve essa tarefa.

Agradeço, de forma muito especial ao Professor Dr. Silvio, meu orientador e amigo, por acreditar que eu concluiria esta missão, mesmo em meio a crises pessoais. Pela orientação de forma clara, objetiva e se dispor do seu precioso tempo sempre que necessário, ao compartilhar comigo uma parte do seu conhecimento. Obrigada Silvio, permita-me chamá-lo assim, serei eternamente grata a você pelo apoio, incentivo e principalmente por tua amizade.

Agradecimento especial devo manifestar à todos do Mestrado. À CAPES, por proporcionar-me os recursos financeiros. Aos Mestres pelo conhecimento a mim proporcionado e pelo apoio e carinho a mim dedicados. Em especial, aos professores Jandir, Pery e Jefferson, quando da tragédia em que fui assolada. À minha turma de 2008, pelo convívio agradável e pelas amizades sinceras que me acompanharão por todo o sempre. À Clarice, secretária do Programa, pelos contatos e por nos manter sempre informados, aos funcionários da Unioeste, pelas importantes contribuições.

Enfim, agradeço a todos os que colaboraram e torceram por mim, e me fizeram perceber a pessoa maravilhosa, humana e justa que sou. A tornar-me, mais social, autêntica e conhecer a verdadeira razão de viver. Por tudo o que vivi enfrentei em minha trajetória, aprendi que na minha vida, nada acontece por acaso, tudo tem uma razão de ser.

É muito melhor arriscar coisas grandiosas, alcançar triunfos e glórias mesmo se expondo a derrotas, do que formar fila com os pobres de espírito, que nem aproveitam muito, nem sofrem muito, porque vivem na penumbra cinzenta e não conhecem vitórias, nem derrotas.

Theodore Roosevelt

CARMO, Raquel Mendes do. Qualificação e permanência do agricultor familiar no campo: a Casa Familiar Rural do município de Candói – PR. 85p. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

## RESUMO

O presente trabalho apresenta a relação permanência no campo e qualificação de agricultores familiares. Para que haja esta permanência e continuar na atividade rural, a qualificação possibilita, enquanto construção social, uma interação entre os elementos envolvidos, ou seja, ambiente e pessoas. Qualificar significa não apenas prepará-lo para lidar com as novas tecnologias, mas, educá-lo, ensinando-o, a aprender a buscar o conhecimento, a fim de melhorar sua atuação na atividade e no meio em que vive. Para a permanência faz-se uso da qualificação do jovem agricultor, no sentido de agregar valor às suas atividades, de forma clara e com conhecimento. Um instrumento para que este conhecimento ocorra, é a Casa Familiar Rural uma auxiliadora na decisão de permanecer, pois além dos conhecimentos teóricos ensinados, a prática dos mesmos, favorece um aprendizado condizente com a realidade que o jovem agricultor presencia. Dessa forma, para continuar na atividade, faz-se necessário, aprender e buscar a diversificação da atividade. Para que este aprendizado se torne uma qualificação, o jovem agricultor precisa estar sempre em constante aprendizado, ou seja, estar buscando conhecimentos que alavanquem a atividade e o preparem para o trabalho que desenvolvem na propriedade rural. Com a qualificação, a permanência se torna uma atividade capaz de trazer benefícios para o jovem agricultor e também para a sua família, bem como valoriza a agricultura familiar, pois, o setor é responsável pela segurança alimentar do País, ou seja, dos alimentos da cesta básica consumidos pelos brasileiros. Denotando com isso, que a agricultura familiar apresenta capacidade de geração de renda, e representa 75% da mão-de-obra utilizada no campo. Portanto, para esta análise, a agricultura familiar, a permanência do jovem agricultor no campo e sua relação com a qualificação, traduz a realidade do processo.

**Palavras-chave:** permanência no campo, qualificação, agricultura familiar, Casa Familiar Rural, agricultor familiar

CARMO, Raquel Mendes do. Qualification and stay the farmer family fiels: the Rural Family Home in the city of Candoi – PR. 85p. 2010. Master dissertation in Regional Development and Agribusiness. West Paraná State University.

## ABSTRACT

This work presents the relation between permanence in the field and the qualification of family farmers. In order to have this permanence and continuity in rural activity, the qualification allows, while social construction, an interaction between the elements involved, namely, the environment and people. Qualify means not only prepare them to cope with new technologies, but, educate them, teach them how to search for knowledge, in order to improve their action in activity and the environment in which they live. For the remaining it is needed the use of the qualification of the young farmer, to aggregate value to their activities, clearly and with the knowledge. An instrument for this knowledge occurs, is the Rural Family House (Casa familiar Rural) a helper in the decision to remain, the theoretical knowledge taught in addition to the practice helps the young farmer to learn accordingly to his own reality. In this way, to continue their activity, it is necessary, to learn and chase the activity diversification. For this learning becomes a qualification, the young farmer needs to be always constantly novitiate, that is, be looking for knowledge that promotes the activity and prepares for the work in rural property. With the qualification, the permanence becomes an activity able to bring benefits for the young farmers and also for their families, as well as enhances the family agriculture, therefore, the sector is responsible for food security in the country, that is, the basic food consumed by Brazilians. Denoting with it, the family farming shows a capacity of generation of income, and represents 75% of hand-to-work used in the field. Therefore, for this analysis, family farming, the permanence of the young farmer in the field and its relationship with the qualification, reflects the reality of the process.

**Key-words:** permanence in the field, qualifications, family agriculture, Rural

Family Home, family farmers

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPITULO 1</b>	
<b>AGRICULTURA FAMILIAR E PERMANÊNCIA NO CAMPO</b> .....	4
AGRICULTURA FAMILIAR COMO INSTRUMENTO PARA A PERMANÊNCIA NO CAMPO .....	11
A QUALIFICAÇÃO COMO INSTRUMENTO INFLUENCIADOR PARA A PERMANÊNCIA DO AGRICULTOR FAMILIAR NO CAMPO .....	16
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>A RELAÇÃO ENTRE QUALIFICAÇÃO E PERMANÊNCIA DO AGRICULTOR FAMILIAR NO CAMPO</b> .....	19
2.1 CONTRIBUIÇÃO DA QUALIFICAÇÃO PARA A PERMANÊNCIA DO AGRICULTOR FAMILIAR NO CAMPO.....	20
2.2 A QUALIFICAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA .....	23
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>A CASA FAMILIAR RURAL COMO INSTRUMENTO PARA A PERMANÊNCIA DO AGRICULTOR FAMILIAR NO CAMPO</b> .....	30
3.1 QUALIFICAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL PARA A PERMANÊNCIA DO AGRICULTOR FAMILIAR NO CAMPO .....	32
<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA</b> .....	39
<b>CAPÍTULO 5</b>	
<b>APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE PESQUISA: DESENVOLVIMENTO E INTERPRETAÇÃO</b> .....	45
5.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS EDUCANDOS, JOVENS AGRICULTORES FAMILIARES .....	46
5.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM AS FAMÍLIAS .....	62
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	78
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	80

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Proporção de gêneros da Casa Familiar Rural .....	45
<b>Gráfico 2:</b> Tamanho da propriedade .....	47
<b>Gráfico 3:</b> Produção / atividade desenvolvida .....	48
<b>Gráfico 4:</b> Formas de produção .....	48
<b>Gráfico 5:</b> Responsabilidade pela propriedade.....	49
<b>Gráfico 6:</b> O que mudou na vida dos educandos .....	49
<b>Gráfico 7:</b> Contribuição do conhecimento adquirido .....	50
<b>Gráfico 8:</b> Conhecimento adquirido e aplicado .....	50
<b>Gráfico 9:</b> Atividades desenvolvidas .....	51
<b>Gráfico 10:</b> Maior dificuldade encontrada .....	51
<b>Gráfico 11:</b> Requisitos adquiridos .....	52
<b>Gráfico 12:</b> Estudo e qualificação, orienta a permanecer no campo? .....	52
<b>Gráfico 13:</b> Comprovação da permanência .....	53
<b>Gráfico 14:</b> Proporção de egressos .....	55
<b>Gráfico 15:</b> Expressão da continuidade e da não continuidade .....	64

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetiva investigar a relação existente entre a permanência do agricultor no campo e sua qualificação. Uma vez que detalha o contexto de transformação pelo qual passa a agricultura, tendo como base a agricultura familiar (doravante A. F.), não necessariamente em pequenas propriedades, mas aquela que consegue unir na mesma unidade produtiva: família, produção e trabalho.

Visamos identificar como a qualificação possibilita a permanência do agricultor em continuar na atividade rural, pois é uma construção social, uma interação entre os elementos envolvidos. Qualificar significa, não apenas prepará-lo para lidar com as novas tecnologias, mas educá-lo, ensinando-o a aprender a buscar o conhecimento, a fim de melhorar sua atuação na atividade e no meio em que vive.

Para proceder esta abordagem, foi utilizada a metodologia do estudo de caso, o qual procura explorar situações da vida real, preservando o caráter unitário do objeto estudado, ou seja, a agricultura e os agricultores familiares.

Diante do exposto sobre a problemática da relação entre permanência do jovem agricultor no campo e sua qualificação, ficou evidente que há soluções para reverter o número de jovens que deixam o espaço e o trabalho na propriedade rural. Uma delas é a participação na *Casa Familiar Rural*, o que faz com que o jovem busque se qualificar para continuar na atividade a qual seus pais o orientam a ficar, por vontade própria.

A importância da A. F. está presente no mercado brasileiro, reproduz a permanência do homem no campo, diminuindo o êxodo rural e proporcionando a aplicação de um novo modelo de desenvolvimento, o chamado desenvolvimento sustentável. Dessa forma, explorar o ambiente sem degradar a natureza, faz com que a A. F. proporcione a permanência do homem no campo com geração de renda em atividades ambientalmente corretas. Exemplo disso, o setor é responsável pela segurança alimentar do país, gerando os produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros. Denota-se assim, que a A. F. apresenta capacidade de geração de

renda, em aproveitar bem o espaço físico e contribuir para a produção agrícola brasileira.

Isso leva-nos a apresentar a *Casa Familiar Rural* como um instrumento para viabilização da permanência do homem no campo e sua qualificação. O conhecimento adquirido assume formas e reproduz o espaço rural, o que faz com que o jovem A. F. amadureça e cresça intelectualmente. Ao buscar o conhecimento, aprende a melhorar o andamento de uma atividade, a qual já conhece e pode reproduzir em sua propriedade rural.

Assim, no capítulo 1, a pesquisa verificará juntamente à A. F. como ela é reproduzida, seus papéis e atuação no meio rural. Dessa forma, ela é ponto de diferenciação, pois se torna um instrumento para a permanência do jovem agricultor em sua realidade. Com isso, vale salientar que o possível fator influenciador para a permanência no campo: é a qualificação.

No capítulo 2, está descrito a permanência do A. F. e a contribuição da qualificação para a continuidade da atividade. Qualificação constitui um processo permanente, principalmente para aqueles que formam uma cadeia produtiva, como é o caso da agricultura. Logo, é apresentada a qualificação como forma de continuidade para a realidade do campo. Uma vez que, para o campo, independe do nível de escolaridade, ou seja, o setor experimenta atualização contínua, seja através de tecnologias, aperfeiçoamento de informações ou novos conhecimentos ligados à atividade

A Casa Familiar Rural está representada, no capítulo 3, como um instrumento para a permanência do jovem agricultor no campo. Sua contribuição proporciona a diferenciação para a permanência, pois tem como princípio norteador a combinação de formação teórica aliado à prática. Logo, devemos destacar a importância desse tipo de educação voltada para agricultores. Na Casa Familiar Rural, o jovem agricultor, recebe uma educação integral destinada a conhecer e compreender a realidade em que vive. Tudo ocorre de forma global e integrada, o que faz com que a transferência de conhecimentos esteja direcionada para a agricultura.

A metodologia encontra-se inserida no capítulo 4, onde é apresentado como se deu o desenvolvimento da pesquisa, bem como todos os elementos envolvidos. Como a pesquisa foi realizada e os passos para o desenvolvimento dos objetivos propostos.

O capítulo 5 está dividido em seções, primeiramente a aplicação e, em seguida, o desenvolvimento, relacionando qualificação e permanência de jovens agricultores no campo. Dessa forma, estão presentes, nesse capítulo, todos os dados da pesquisa e entrevistas, são apresentados de forma clara e objetiva, embasando as interpretações realizadas.

Por fim, têm-se as considerações finais sobre o assunto, uma vez que, ao longo da pesquisa, é possível encontrar indícios para que se prossiga com a investigação em um estudo futuro, o que caracteriza que esta análise não tem um fim em si, mas está em aberto para futuras intervenções.

Dessa forma, a A. F., pelo seu potencial, constitui parte importante da solução dos problemas do país, visto que ela apresenta grande potencial de desenvolvimento, sendo capaz de diminuir a idiosincrasia no campo, bem como as desigualdades socioeconômicas e o mau uso dos recursos naturais disponíveis à sociedade rural. A A. F. é um fator importante para a redução do êxodo rural, pois cria condições e oportunidades de trabalho aliados a sobrevivência, através de diversificados sistemas de produção e utilização dos recursos naturais.

## **CAPÍTULO 1**

### **AGRICULTURA FAMILAR E PERMANÊNCIA DO AGRICULTOR NO CAMPO**

A A. F. é constituída por pequenos e médios produtores, que representam a imensa maioria rural no Brasil. Agricultores familiares são pessoas que podem diversificar a produção, diluir custos, maximizar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão-de-obra da família. Com isso, os empreendimentos familiares apresentam como características, a administração pela própria família trabalhando diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros. Não é necessariamente em pequena propriedade, mas precisa unir na mesma unidade produtiva: família, produção e trabalho (WANDERLEY, 1999, p. 25).

Ainda segundo o autor, A. F. pode ser entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, trabalha no estabelecimento produtivo. Dessa forma, esse caráter familiar não é mero detalhe superficial e descritivo. O fato de uma estrutura produtiva associar família, produção e trabalho, tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. Logo, essa categoria é genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho, assume no tempo e espaço, uma grande diversidade de formas sociais.

De acordo com o IBGE (2009, p.1-6), o Censo Agropecuário de 2006, apresenta resultado positivo ao apontar o número de pessoas ocupadas na agricultura: são 12,3 milhões de trabalhadores no campo que estão em estabelecimentos da A. F.

Diante disso, a A. F. apresenta forte representatividade, em que, de cada dez pessoas ocupados no campo, sete estão na A. F., demonstrando que a permanência do homem no campo tem acontecido de forma real (IBGE, 2009, p. 11).

A. F. é caracterizada por uma forma de produção em que o núcleo de decisões, gerência, trabalho e capital são controlados pela família, ou seja, todos são patrões e empregados de si próprios ao mesmo tempo. Dessa forma, configura-se como uma produção em que predomina a interação entre gestão e trabalho. São os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo da propriedade, dando ênfase na diversificação da produção. Logo, não cabe a idéia da monocultura, tornando necessário abrir espaço para outras culturas e, por isso, exerce importante função ambiental, econômica e social.

Em relação ao aspecto ambiental, diz respeito às questões ligadas a preservação do meio ambiente. No aspecto econômico, atua como meio de sobrevivência das famílias e, no aspecto social, garante a melhoria na qualidade de vida das pessoas. Para Cancelier et al (2005, p.5), os agricultores familiares estão encontrando alternativas para se manter no campo. Apesar de grande parte das propriedades serem pequenas (em média 20 ha), a diversificação da produção é prática comum para a maioria delas. O agricultor desenvolve atividades variadas, objetivando manter a família e a propriedade, estas práticas estão possibilitando que o produtor adquira renda e acredite ser possível o desenvolvimento a partir da pequena propriedade.

Para Girardi (1996, p. 33), a A. F. configura-se nas unidades produtivas em que todo e qualquer trabalho é desenvolvido pelos membros da família, que detêm a posse da terra e dos instrumentos de trabalho, bem como tenha pelo menos 80% da renda familiar proveniente da atividade agropecuária.

Segundo Lamarche (1997, p.15), a caracterização das propriedades familiares como unidades de produção, consiste nas quais, a propriedade está intimamente ligada à família. Isso nos leva a crer que agricultor familiar é todo aquele que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+80%) e cuja força de trabalho utilizada no estabelecimento venha fundamentalmente de membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo à família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento (TEDESCO, 1999, p.62).

Conforme Tedesco (1999, p.33), a classificação dos agricultores familiares se divide em: consolidados, transição, periféricos ou subsistência, sendo condizente com a realidade. Para ele:

a) agricultores familiares consolidados são aqueles que possuem propriedade semi especializadas e diversificadas, desenvolvendo de três a cinco atividades para obtenção da renda, tais como: culturas de lavouras de verão e inverno, bovinocultura de leite, suinocultura, avicultura e olericultura. São propriedades geralmente menores de 200/ha, com concentração próxima a 50/ha; usam alta tecnologia e geralmente recorrem ao crédito rural, com produtores mais esclarecidos e cujo proprietário mora na propriedade.

b) agricultores familiares em transição são aqueles que possuem propriedade com um nível de diversificação maior, de três a seis atividades para obtenção da renda. A saber, culturas de lavouras de verão e inverno, bovinocultura de leite, suinocultura, avicultura, olericultura e piscicultura. São pequenas e médias propriedades e os produtores, de menor esclarecimento que os consolidados, também, residem na propriedade.

c) os agricultores familiares periféricos ou de subsistência são aqueles que possuem propriedade muito diversificada. Suas atividades são de quatro a sete itens para obtenção da renda: culturas de lavouras de verão e inverno, bovinocultura de leite, suinocultura, avicultura, olericultura, piscicultura e fruticultura. Com propriedades geralmente menores de 50/ha, usam baixa tecnologia e a utilização de crédito rural é inexistente, moram na propriedade e possuem pouco esclarecimento.

Desse modo, a principal característica da agricultura é a produção de alimentos e matérias-primas para atender às necessidades humanas. Configura-se como uma das atividades fundamentais da humanidade e que dela depende, entre outras coisas, a alimentação de que o homem necessita. Segundo Olalde (2009, p.2-3), a A. F. está relacionada com multifuncionalidade que, além de produzir alimentos e matérias-primas, gera mais de 80% da ocupação no setor rural e favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético. O meio rural que, ao longo do tempo era visto por muitos, como fonte de problemas, atualmente aparece como portador de soluções.

De acordo com Carminatti (2005, p.11), são grandes os desafios para os agricultores familiares. O maior deles é o aumento da competitividade dos seus sistemas de produção, passando necessariamente pelo melhor aproveitamento dos insumos disponíveis nas propriedades, diminuindo a dependência externa. Portanto, terá que desenvolver tecnologias adaptadas a essa realidade, a qual só será possível através da criatividade e pela busca de alternativas. Isto faz com que os agricultores familiares possam tornar suas atividades viáveis economicamente, visando à reprodução social, ou seja, estar inseridos como um todo na sociedade.

A A. F. está associada à dimensão espacial do desenvolvimento, por permitir uma ocupação populacional mais equilibrada no território, ou seja, distribuídas em pequenas porções de terra. De acordo com Olalde (2009, p. 1-4), tem sido discutida e defendida uma perspectiva que reforça a idéia da distribuição populacional, em que a dimensão territorial do desenvolvimento rural, estabelece que as atividades agrícolas e não-agrícolas devem ser integradas no espaço local.

Segundo Altieri (1998, p.17), para serem eficazes as estratégias de desenvolvimento, devem incorporar não somente dimensões tecnológicas, mas também questões sociais e econômicas. Todavia, Meister (2001, p.19), atribui à A. F. a estrutura existente, pois a maioria dos estabelecimentos rurais é familiar, cultivando os mais variados produtos para sua subsistência e comercialização.

Para Denardi (2001, p. 56-62), o reconhecimento da A. F., por parte das políticas públicas, é recente no Brasil, por volta de dez anos. Antes disso, falava-se em pequena produção, pequeno agricultor e, um pouco antes, ainda se utilizava o termo camponês. Em linhas gerais, os empreendimentos familiares têm duas características principais: a) administrados pela própria família e; b) a família trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros. Ressalta-se que a gestão e o trabalho são predominantemente familiares. Diante disso, um estabelecimento familiar, ao mesmo tempo, é: 1) uma unidade de produção e consumo e; 2) uma unidade de produção e de reprodução social.

Abramovay (1992, p. 22) faz uma contribuição importante ao analisar o surgimento do agricultor familiar moderno. Para ele, o produtor familiar na sociedade moderna representa uma forma de produção altamente integrada com o mercado,

capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais. Aquilo que, antes de tudo, era um modo de vida, converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho.

Relacionado ao aspecto do ajustamento ao sistema, o agricultor familiar está estruturado produtivamente. Chayanov (1981, p. 137), diz que a unidade de produção familiar na agricultura é regida por certos princípios gerais de funcionamento interno que a tornam diferente da unidade de produção capitalista. Na unidade de produção agrícola, a família equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens. Para o autor, uma simples observação da estrutura interna da unidade de trabalho familiar é suficiente para compreender que é impossível, sem a categoria salários, impor a esta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro do capital, como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra. Quem trabalha é o agricultor e sua família.

Embasado nessa perspectiva, Wanderley (1989, p. 32), observa que na unidade de produção familiar o resultado da produção constitui um rendimento indivisível, do qual é impossível separar o que foi gerado pelo trabalho ou pelo investimento do capital. É com esse rendimento indivisível que o produtor deverá prover, ao mesmo tempo, à empresa familiar dos recursos produtivos que necessita e à própria família, do fundo de consumo necessário à sua manutenção. Muito frequentemente, a dimensão reduzida desses rendimentos, associada à vinculação entre capital e trabalho na unidade familiar, leva o produtor a procurar opções e a definir estratégias, as quais definirão o futuro da atividade.

Para Wanderley (1999, p. 24), a A. F. brasileira, tem características particulares, que são o resultado dos enfrentamentos de situações próprias da história social do país e que servem hoje de fundamento a esse patrimônio sociocultural, com o qual deve adaptar-se às exigências e aos condicionamentos da sociedade brasileira moderna.

Segundo Wanderley (1999, p. 37-43), do ponto de vista do agricultor,

.... parece evidente que suas estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, em grande parte ainda se baseiam na valorização dos recursos de que ele dispõe internamente no estabelecimento familiar e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro. De algum modo, os agricultores familiares modernos enfrentam os novos desafios com as armas que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo. Convém chamar a atenção para o período colonial, os chamados cultivadores pobres livres sempre buscaram alternativas econômicas que os integrassem positivamente à economia local e regional. E, até hoje, sempre foi uma orientação comum e natural dos agricultores familiares a busca de produto ou produtos comercializáveis que sejam o carro-chefe do sistema produtivo adotado.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) distingue os agricultores em duas categorias: patronal e familiar. Se de um lado, a produção patronal é caracterizada pela separação entre a gestão e o trabalho, pelo uso predominante do trabalho assalariado, pela organização descentralizada, pela ênfase na especialização produtiva e em práticas agrícolas padronizáveis e pela adoção de tecnologias dirigidas à eliminação das decisões de momento. De outro, no modelo familiar se caracteriza pela gestão do processo produtivo conduzido pelos proprietários, pela utilização de trabalho assalariado em caráter complementar, pela ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos, pela tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de previsibilidade do processo produtivo (LEYTON, PEREIRA e RAFFO, 2005, p. 7 – 8).

Dessa forma, a A. F. é praticada por uma família que trabalha na terra com autonomia para as tomadas de decisão, significa dizer que a produção tende a ser diversificada, ou seja, implantação de novas culturas. A partir dos anos 1990, passou-se a atribuir novos papéis para a agricultura e para o meio rural. A A. F. passou a ser um dos setores mais criativos e viáveis na geração de alternativas de renda, além de suprir parte dos desafios da demanda produtiva de alimentos, possibilitando a sustentabilidade das famílias rurais.

Dados do Censo Agropecuário de 2006 mostram que foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, representando 84,4% de um total, de 5.175.489 estabelecimentos. Embora ocupem apenas 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, ou 80,25 milhões de hectares, a A. F., mesmo cultivando uma área menor, é responsável por garantir a segurança alimentar do país, gerando os produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros, o que significa dizer que a A. F. corresponde a 60% dos alimentos produzidos e que são consumidos pela população brasileira. O valor bruto da produção na A. F. é de R\$ 677 reais por hectare/ano. Com estes números, é possível identificar a representatividade do setor, para a formação da nossa economia e da produção primária no País. Com isso, a A. F. demonstra capacidade em gerar renda, em aproveitar bem o espaço físico e contribuir para a produção agrícola brasileira. A A. F. têm até 80% de sua renda oriunda da atividade rural (IBGE, 2009 P. 1–6).

Dados do IBGE apresentam a A. F. empregando quase 75% da mão-de-obra no campo. Embora ocupe apenas um quarto da área, ela responde por 38% do valor da produção (IBGE, 2009, p. 1-6).

O trabalho dessas famílias soma mais de quatro milhões em todo o país e, na região Sul, responde por mais de 70% da produção de alimentos da cesta básica, constituindo a base de um modelo de sociedade, pois, valoriza o modo de vida na agricultura familiar, geração de oportunidades, emprego e renda no campo. Além de proporcionar desenvolvimento local e regional, possibilita sustentabilidade produtiva em harmonia com a proteção ambiental (DESER, 2003, p. 1 - 4).

O que se constata com estes números, é a eficácia das políticas existentes para manter os agricultores familiares no campo com boa produção e renda. Os resultados do Censo Agropecuário de 2006 permitem explicar o quanto a participação da A. F. é importante para a agropecuária e para a economia brasileira.

Dados do Censo Agropecuário de 2006 revelam a diferença de gênero no campo. Os homens constituem a maioria, pois dos 12,3 milhões de trabalhadores no campo, dois terços são homens. O número de mulheres é bastante expressivo e corresponde a 4,1 milhões de trabalhadoras ocupadas na agricultura familiar. As mulheres são responsáveis pela direção de cerca de 600 mil estabelecimentos de A. F. Dos 4,3 milhões de estabelecimentos, 3,2 milhões de produtores são

proprietários da terra, representando 74,7% dos estabelecimentos (IBGE, 2009 p. 1-6).

Para Guilhoto et al (2006, p. 1 - 3) o setor agropecuário familiar é lembrado por sua importância na absorção de emprego e na produção de alimentos, especialmente voltada para o autoconsumo. Focalizam-se mais as funções de caráter social do que as econômicas, tendo em vista sua menor produtividade e incorporação tecnológica. Entretanto, é necessário destacar que a produção familiar, além de fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda, também contribui expressivamente para a geração de riqueza, considerando a economia não só do setor agropecuário, mas do próprio País. Uma vez que a agricultura familiar, tem como característica, produzir alimentos para abastecimento e consumo próprio, bem como produzir alimentos de modo sustentável em suas propriedades.

## 1.1 A AGRICULTURA FAMILIAR COMO INSTRUMENTO PARA A PERMANÊNCIA DO AGRICULTOR FAMILIAR NO CAMPO

A. F. é considerada como todo estabelecimento agropecuário em que a força de trabalho dos membros da família constitui a totalidade da mão-de-obra empregada ou responde por mais de 50% da força de trabalho utilizada nas tarefas produtivas do estabelecimento, que é, por isso, denominado estabelecimento familiar. Para Bittencourt e Bianchini (1996, p. 1-16), agricultor familiar é todo agricultor (a) que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+ 80%) e que a base da força de trabalho utilizada no estabelecimento seja desenvolvida por membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Na visão de Carmo (1999, p. 7 - 98), a A. F. é tida como forma de organização produtiva em que os critérios adotados para orientar as decisões relativas à exploração agrícola, não se subordinam unicamente pelo ângulo da produção/rentabilidade econômica, mas considera também as necessidades e objetivos da família.

A importância da A. F. está presente no mercado brasileiro e reproduz a permanência do homem no campo, o que faz com que diminua o êxodo rural. De

acordo com dados do Ministério da Agricultura, o Brasil tem 30% de sua produção nacional originada da agricultura familiar, em que 80% do número total de estabelecimentos agrícolas estão inseridos no contexto da A. F. O segmento apresenta sistemas de produção mais intensivos e conta em média com 9 hectares para exercer uma A. F. de qualidade (IBGE, 2009, p.1-6).

Segundo a Embrapa (2008, p. 1-73 ), a A. F. é responsável por produzir 31 tipos de produtos e se reproduz numa forma de produção em que o núcleo de decisões, gerência, trabalho e capital são exercidos principalmente pela família. Para a A. F., todos os participantes das atividades são patrões e empregados. Embasados neste fato, os pequenos agricultores realizam cultivos diversos simultaneamente e usam a terra sem o devido conhecimento de uma agricultura ambientalmente correta. Os agricultores diversificam as culturas para diluir custos, ao mesmo tempo em que aumenta a renda e aproveita as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão-de-obra, ou seja, um aumento de benefícios sociais, econômicos e ambientais.

Para o desenvolvimento da agricultura familiar, Portugal (2004, p.1-3), analisa as variáveis tecnológicas e político-institucionais e distingue dois fatores fundamentais: a) a massificação de informação organizada e adequada usando os modernos meios de comunicação de massa como TV, Rádio e internet e, b) a melhoria da capacidade organizacional dos produtores com o objetivo de ganhar escala, buscar nichos de mercado, agregar valor à produção e encontrar novas alternativas para o uso da terra. Para ele, o desafio é maior se for considerada a diversidade de situações. Ao analisar o cenário em que se insere a A. F., observa-se que os problemas são diferentes para cada região, Estado ou município.

Para Sacheto (2006 p. 1-5), a A. F. é aquela que exerce papel fundamental na economia de uma parcela significativa das pequenas cidades brasileiras. Em muitos casos, ela é a responsável pelo bom desempenho dos negócios urbanos, pelo suprimento da demanda interna de alimentos e pela manutenção do homem no meio rural. Além disso, melhora a capacidade organizacional dos produtores, agrega valor aos produtos e facilita o acesso dos mesmos ao mercado, tornando-os mais competitivos. Dessa forma, constitui um instrumento que contribui para o aumento da renda e do desenvolvimento regional.

A inserção dos produtos da A. F. no mercado depende de uma série de fatores. Entre eles, destaca-se a organização das cadeias produtivas e dos próprios produtores, a inovação tecnológica e as condições institucionais favoráveis, como: crédito, infra-estrutura e acesso a informações. Na maioria dos casos, os produtores, de forma isolada, não reúnem as condições necessárias, favorecendo a importância da cooperação das comunidades.

A A. F. é um universo heterogêneo, suas diversidades se encontram tanto na disponibilidade de recursos, acesso ao mercado, capacidade de geração de renda e acumulação, quanto à região da execução das mesmas. Enquanto uma parte dos estabelecimentos gera um nível de renda sustentável, a outra enfrenta grandes dificuldades. Embora com todos estes entraves, a A. F. tem registrando o maior aumento de produtividade no campo nos últimos anos, representando o segmento que mais cresceu. A produção agrícola familiar aumentou em 3,8% ao ano, o bom desempenho ocorreu mesmo em condições adversas para o setor. Esses resultados positivos foram alcançados mesmo tendo a agricultura familiar um histórico de baixa cobertura de crédito rural (TOSCANO, 2003 p. 1).

Para Toscano (2003 p.1), o bom desempenho e o fortalecimento da agricultura familiar estão na dependência da capacidade de articulação dos diversos atores sociais envolvidos e comprometidos com a agricultura familiar. Vale salientar, os movimentos sociais, diversos ministérios, governos estaduais e municipais, agentes financeiros, ONGs e Instituições de Ensino. Com tais contribuições, a ampliação desses espaços de articulação, disseminam informações e descentralizam a tomada de decisões, promovendo um papel mais efetivo nos processos de financiamento da agricultura. Ao estimular a atividade familiar no campo e o aumento da produção, o grande desafio estará na solução estrutural para uma importante questão social e econômica, compreendendo ações que venham de encontro ao social e também econômico.

De acordo com Abramovay (1992, p. 22), existe uma diferenciação da A. F. no interior das sociedades capitalistas mais desenvolvidas como uma forma completamente diferente do campesinato clássico. Se por um lado, os camponeses podiam ser entendidos como sociedades parciais com uma cultura parcial, integrados de modo incompleto a mercados imperfeitos, representando um modo de

vida caracterizado pela personalização dos vínculos sociais e pela ausência de uma contabilidade nas operações produtivas. Por outro, a A. F. é capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais.

A A. F., segundo Abramovay (1992, p. 26), preenche os requisitos, essenciais, sendo o fornecedor de alimentos baratos e de boa qualidade para a sociedade e se reproduzirá como uma forma social engajada nos mecanismos de desenvolvimento rural. Quando se quer combater a pobreza é preciso permitir a elevação da capacidade de investimento disponível para os mais pobres. Assim, há uma melhora de sua inserção em mercados mais dinâmicos e competitivos com a produção diversificada.

Por ser considerada como segmento gerador de emprego e renda, a A. F. é valorizada de modo a estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável, resultando na permanência do agricultor no campo. Para tanto, os dados quantitativos relacionados ao universo de pessoas e produtos envolvidos na atividade, demonstram a importância que a A. F. representa para o país. Além de criar oportunidades de trabalho na propriedade, reduz o êxodo rural, diversifica a atividade econômica e busca promover o desenvolvimento de pequenos e médios municípios.

Para Lima et al (2008 p. 1), o trabalho do produtor rural se constitui a partir da cultura estabelecida na localidade em que moram. As relações de poder são estabelecidas pelas próprias famílias. Portanto, cabe às famílias definirem o tipo de desenvolvimento que querem ter e se tratando de A. F., o mais indicado é um tipo de desenvolvimento que leve em consideração a sustentabilidade socioambiental. De acordo com as diretrizes gerais do Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf, houve investimentos para a melhoria da qualidade de vida das famílias dos agricultores inseridos nesta categoria. Ao apresentar características que melhorem a condição de vida, a diversificação, integração de atividades vegetais e animais e o desenvolvimento sustentável, transformam o espaço rural em altamente produtivo e com sustentabilidade.

Agricultores familiares para Guanzioli e Cardim (2000 p. 26), são aqueles que atendem às seguintes condições: a direção dos trabalhos no estabelecimento é

exercida pelo produtor e família; a mão-de-obra familiar é superior ao trabalho contratado, a área da propriedade está dentro de um limite estabelecido para cada região do país. Dessa forma, A. F. baseia-se na mão-de-obra utilizada, no tamanho da propriedade, na direção dos trabalhos e na renda gerada pela atividade agrícola. A A. F. desenvolve, sistemas complexos de produção, combinando várias culturas, criação de animais e transformações primárias, tanto para o consumo da família como para o mercado. Assim, a diversificação dos sistemas compreende uma forma de mitigar os riscos a que os produtores se expõem.

De acordo com Wanderley (2001 p. 21), a A. F. não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. Sua utilização, significado e abrangência no Brasil, assumem ares de novidade e renovação. Muitas terminologias foram empregadas para fazer referência ao mesmo sujeito: camponês, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência e agricultor familiar. Devido à evolução do contexto social e às transformações enfrentadas por esta categoria, há novas percepções sobre o mesmo sujeito social.

Vemos uma disparidade muito grande nos enfoques para o campo no Brasil. Um deles se refere ao setorial, cuja preocupação central está na expansão da produção e da produtividade agropecuária, na incorporação de tecnologia e na competitividade do chamado *agribusiness*. Este enfoque se articula em torno dos interesses empresariais dos diversos segmentos que compõem o agronegócio. Em contrapartida, o outro enfoque, enfatiza os aspectos sociais e ambientais do processo de desenvolvimento, de acordo com o que vem se denominando a sustentabilidade do desenvolvimento rural, que procura equilibrar a dimensão econômica, social e ambiental do desenvolvimento (OLALDE, 2009 p. 1-4).

Para Abramovay (1992, p.35), a A. F. é altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais. O que antes era um modo de vida converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho qualificado. Com isso, o apoio do Estado, através de políticas públicas para a agricultura familiar é imprescindível, pois, além do fornecimento de alimentos baratos e de boa qualidade para a sociedade, reproduz-se como uma forma social engajada nos mecanismos de desenvolvimento rural.

Dessa forma, é perceptível que o combate à pobreza permite a elevação da capacidade de investimento dos mais pobres, melhorando a sua inserção em mercados cada vez mais dinâmicos e competitivos. Diante disso, o meio rural é portador de soluções, vinculadas à qualificação dos produtores, visto que muitos deles estão engajados na busca por novos conhecimentos e pela aquisição de qualidade de vida, seja na produção ou outro tipo de benefício extraído do meio rural.

Com base nestes atributos, a qualificação aparece como instrumento facilitador para a permanência do agricultor familiar no campo. Item que será discutido a seguir.

## 1.2 A QUALIFICAÇÃO COMO INSTRUMENTO INFLUENCIADOR PARA A PERMANÊNCIA DO AGRICULTOR FAMILIAR NO CAMPO

Com o intuito de contribuir com a expansão da atividade para a permanência, a qualificação gera oportunidades e renda na atividade rural. Conforme aumenta a produção agrícola, o produtor rural ganha preparo capacitado para as funções desempenhadas na propriedade.

Para Leite & Posthuma (1995, p. 25), define qualificação enquanto construção social, englobando o aspecto político e cultural do fenômeno. Castro (1995, p. 59), considera os padrões de qualificação como resultado e processo, a um só tempo. Qualificar um profissional representa não apenas prepará-lo para lidar com as novas tecnologias, mas educá-lo, ensinando-o a aprender, desenvolvendo competência política, valores comunitários, sentimentos de solidariedade. Enfim, pessoa qualificada possui conhecimentos, possibilidade de mobilidade e acesso a informações.

Qualificação se insere em quem já possui uma formação e está em busca de uma especialização, tem um sentido de atualização dos conhecimentos específicos adquiridos no decorrer de sua vivência. É realizada num espaço de

tempo menor do que a formação e maior do que a capacitação, mas com a mesma importância, percebendo a transformação ocorrida na vida dos seres humanos que participaram do processo.

Para Gitahy (1994 p. 144-153), a qualificação é tida como um conjunto de competências profissionais, o que significa englobar as noções do saber através do conhecimento adquirido, do saber fazer, com a capacidade de transformar o conhecimento teórico em trabalho, compreendendo a dimensão comportamental, ou seja, o conjunto de habilidades, qualidades e competências.

A qualificação está baseada em cursos que atendam a demandas de capacitação, dirigidos para agricultores interessados em melhorar a atuação no meio em que vivem e proporcionar uma atividade diferenciada, com qualidade. Capacitar é tornar a pessoa habilitada para realizar determinada função. São consideradas ações de capacitação, aquelas que contemplam tanto a aquisição de novas habilidades e conhecimentos, quanto o desenvolvimento de características comportamentais que contribuam na preparação do agricultor para torná-lo agente e facilitador, visando melhorias à sociedade e no aprimoramento dos processos. Os eventos de capacitação podem ser realizados nas modalidades: curso, seminário, jornada, simpósio, workshop, congresso, encontro, painel e conferência (EMATER, 2009, p. 8).

Com objetivo promover a capacitação de agricultores familiares no Estado, a Emater (2009, p. 8) realiza cursos voltados para a qualificação dos agricultores familiares assistidos pelo órgão. Compreende curso sobre associativismo e cooperativismo, piscicultura, apicultura, olericultura, bem como artesanato, com as técnicas para confecção de tapetes, visando à diversificação da propriedade.

Com base no exposto, em parceria com os governos estaduais e municipais, é desenvolvido o programa da compra direta, que visa à aquisição de produtos da A. F. destinados a atender as escolas e creches municipais, sempre com o acompanhamento de técnicos, resultando no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho e renda no campo. Juntamente, há os programas desenvolvidos pela Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente vem dando continuidade aos cursos do Programa

de Qualificação Rural. O objetivo do programa é levar aos trabalhadores rurais, principalmente aqueles que atuam com a agricultura familiar, possibilitando o aprimoramento de suas atividades. Produtores rurais podem participar do curso de agricultura orgânica, que aborda a produção de olerícolas orgânicas na propriedade rural de forma sustentável. Entre os tópicos que estão sendo abordados estão à escolha da área, preparo, conservação e fertilidade do solo, planejamento de produção, comercialização e mercado. Os cursos contam com a parceria do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar e do Sindicato Rural (EMATER, 2009, p. 8).

A capacidade produtiva do agricultor familiar, mesmo com toda dificuldade de acesso ao crédito e a assistência técnica, consegue bons índices de produtividade. Com a qualificação, o homem do campo alcança índices de produtividade desejados. Órgãos e entidades se preocupam com a qualificação do agricultor familiar, transmitindo conhecimentos para que ele possa conduzir sua lavoura de maneira mais adequadamente possível (EMATER, 2009, p. 2).

Com o objetivo de disseminar o conhecimento a agricultores familiares, sindicatos, associações e entidades representativas, realizam diversos cursos em diferentes localidades, voltados para a qualificação dos agricultores familiares assistidos pelos municípios. A capacitação e qualificação profissional são fundamentais para quem busca um aprimoramento da sua atividade. Qualificar-se ou capacitar-se para uma determinada função ou tarefa é requisito indispensável para que se busque uma melhoria contínua no processo. Motivo pelo qual, o jovem agricultor familiar permanece no campo, amplia o conhecimento adquirido e faz com que esteja buscando qualificar-se, ou seja, a qualificação é um poderoso instrumento para a permanência do agricultor familiar no campo.

## CAPÍTULO 2

### A RELAÇÃO ENTRE QUALIFICAÇÃO E PERMANÊNCIA DO AGRICULTOR FAMILIAR NO CAMPO

O fenômeno da permanência dos jovens agricultores familiares no campo está atrelado a uma série de fatores que determinam o futuro da atividade rural. Um dos fatores que é determinante para a continuidade da atividade é a qualificação como forma de alavancar conhecimentos para aprimorar a consecução das atividades já desenvolvidas. Dessa forma, convém explicarmos o problema de pesquisa, constituindo o seguinte questionamento: Qual é a relação existente entre a permanência do agricultor familiar no campo e a sua qualificação?

Sob o ponto de vista da concepção da qualificação enquanto construção social, Castro (1995 p. 4), explica que:

... essa dimensão permite explorar as relações inter, intra e extraclasse, levando em conta as relações entre saberes e poderes no ambiente de trabalho. Possibilita verificar a construção de classificações e categorizações da qualificação, não só pela chefia como pelos pares. Portanto, consiste numa abordagem coletiva da qualificação, sendo usada como elemento de classificação das pessoas. A qualificação é compreendida como um conjunto de condições físicas e mentais que compõe a capacidade de trabalho ou a força-de-trabalho despendida em atividades voltadas para a produção de valores de uso.

Com base nestes atributos, vale ressaltar que a qualificação proporciona condições para o trabalhador identificar-se com o trabalho e principalmente experimentar um novo desafio. Dessa forma, a Casa Familiar Rural possibilita ao jovem agricultor, buscar conhecimento específico para lidar com as atividades desenvolvidas na propriedade rural, o que nada mais é, do que uma empresa, na qual, além de proprietário é trabalhador e desempenha ambas as funções.

Este estudo ratifica a hipótese da pesquisa, pois a qualificação está associada à permanência do jovem no campo, quanto maior esta qualificação, maior a tendência para a permanência no campo. Motivo pelo qual, a seguir, apresentamos a contribuição da qualificação para a permanência do jovem agricultor no campo.

## 2.1 CONTRIBUIÇÃO DA QUALIFICAÇÃO PARA A PERMANÊNCIA DO AGRICULTOR FAMILIAR NO CAMPO

Pesquisas qualitativas desenvolvidas por Abramovay (1998, p. 23) realizadas com jovens rurais de algumas localidades do Brasil, mostram que eles atribuem importância à educação como uma possibilidade de uma remuneração melhor e de um trabalho menos pesado que a agricultura, uma vez que a atividade exercida não oferece estabilidade financeira nem garantias de direitos trabalhistas.

Para Carneiro (2005, p. 249), estudos realizados reforçam a idéia de que é possível a associação entre estudo e emprego, sendo o estudo encarado como a condição para um jovem, ser alguém na vida, o que significa fundamentalmente não ser agricultor. Sobre a hipótese de permanecerem morando na área rural, tendo como renda a agricultura ou pecuária, os jovens dizem que a permanência poderia ocorrer de acordo com as condições propostas. Alguns ficariam e fariam desse espaço rural um meio de se estruturar financeiramente ou nesta perspectiva, montar um negócio próprio fora da atividade agrícola. Parte dos projetos de permanência de alguns jovens, dependendo da posição, não faz parte dos planos fazer o serviço na roça, a condição seria adquirir um meio de não precisar se sacrificar na atividade rural.

A permanência dos jovens agricultores no espaço rural está diretamente ligada às condições de sobrevivência no lugar de origem. A ausência de estabilidade financeira garantida por uma renda fixa coloca os jovens neste contexto à margem da decisão de ficar ou partir. A qualificação constitui um instrumento de preparação para a permanência no espaço rural voltada para a valorização das especificidades

da vida, através da construção e transformações das condições de vida no meio rural. Estas transformações não significam trazer a urbanização para o espaço rural, mas trazer condições dignas de sobrevivência no que diz respeito ao atendimento das necessidades básicas da vida humana, possibilitando o acesso à informação e inserção no mundo tecnológico e globalizado, sendo uma realização atual (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2009, p. 21).

Os jovens sempre foram objetos de estudo de organizações e movimentos, os quais criavam estratégias para fundamentar o homem no campo. Cada vez mais, as organizações e instituições têm trabalhado e investido em programas para manter os jovens no campo. Um exemplo é a Emater que desenvolve programas, cursos, aperfeiçoamento do modo de produção rural. O objetivo é estimular os jovens a trabalhar e progredir em suas atividades sem deixar o meio rural, primando pela abordagem principal definida pela sucessão familiar. Torna-se imprescindível termos a continuidade dos jovens exercendo as atividades junto à família, junto ao setor primário (EMATER, 2009, p. 1).

Inúmeras experiências têm sido mostradas como forma de incentivo de fazer com que o jovem agricultor dê continuidade à atividade desempenhada por seus pais. Um exemplo disso é a produção de hortaliças, a qual conta com uma tecnologia avançada e através de investimento financeiro, é possível melhorar a qualidade das mudas. Todas as fases do processo, desde a produção até o atendimento ao cliente, são desenvolvidas pelo envolvimento da família.

Com o apoio dos pais, os jovens agricultores estão assumindo os negócios, buscam experiências para dar continuidade ao que os pais iniciaram. Dessa forma, com o tipo de atualização e aperfeiçoamento desenvolvido por entidades ligadas à agricultura, faz com que os jovens possam prosperar nos negócios da família (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2009, p. 11).

A Emater proporciona qualificação ao homem do campo, sem a necessidade do nível de escolaridade. Através da atualização contínua, percebe-se que a cada instante surgem novas tecnologias e com o aperfeiçoamento das informações, o homem do campo compartilha no seu dia-a-dia a ação de novos conhecimentos, seja na produção ou em projetos de financiamentos para melhorar a produção (EMATER, 2009, p. 12).

Com a preocupação da permanência do agricultor familiar no campo, inúmeros projetos, cursos, palestras e pesquisas fazem parte da rotina destas pessoas, bem como a produção da matéria-prima e o processamento. Uma vez que a permanência no campo possibilita empregos na propriedade, esta constitui uma das alternativas viáveis para a qualificação. Um dos pontos mais importantes é garantir a geração de renda aos jovens, para que sirva de incentivo para evitar o êxodo rural. Segundo a EMATER, estas alternativas tem se mostrado bastante viáveis e os jovens têm demonstrado bastante interesse. Procura-se difundir essas tecnologias e trabalhar nos eixos focados na sucessão familiar e também na manutenção do jovem no campo com qualidade de vida e a geração de renda.

Segundo o IBGE (2000. p. 13), 20,82% da população brasileira de 12 a 18 anos estão no campo. Isto significa que 5.205.438 pessoas nesta faixa etária vivem no meio rural. Para esta faixa etária da população, há mecanismos de políticas públicas específicas para o jovem agricultor, que garantem formação profissional, como os cursos ofertados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), além do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf Jovem. Políticas públicas devem ser colocadas em prática para que o jovem agricultor veja na terra que a ele pertence, a possibilidade de se capacitar para criar uma visão administrativa da propriedade, mesmo que o desconhecimento das políticas e o fator cultural sejam vistas como entraves para a permanência do jovem agricultor no campo (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2009, p. 20).

Desmembrar a chefia da propriedade constitui uma barreira a vencer. O filho tem de ser visto como um parceiro e não um empregado, ver que o jovem agricultor não é apenas mão-de-obra braçal. Dessa maneira, a busca pela qualificação do jovem agricultor, garante melhor renda e possibilita participar de políticas de crédito. Hoje, não é mais a força bruta que agrega valor e sim o conhecimento. É ofertar algo atrativo para que ele permaneça no campo e participe do debate de políticas públicas para o segmento. Para Abramovay (1998, p. 10), o que caracteriza a agricultura familiar é o pleno exercício profissional por parte das novas gerações, envolvendo mais que o aprendizado de um ofício ou a gestão de um patrimônio imobilizado em terras e em capital.

A autonomia dessa geração em relação a outras é um fator que permite aos jovens agricultores questionarem o seu papel dentro da unidade produtiva, ou seja, a migração não é apenas para escapar de uma grande crise, mas pode ser entendida também como uma característica da juventude atual. A possibilidade de ruptura com a agricultura familiar por parte das mulheres jovens se torna, em alguma medida, mais flexível, uma vez que não compete a estas, a continuidade da unidade familiar produtiva.

A ambigüidade em querer continuar por opção ao mesmo tempo em que se tem a certeza das dificuldades a serem enfrentadas para dar continuidade ao trabalho da agricultura familiar, não é privilégio apenas dos mais jovens. Os pais também vivem esse dilema, quando pensam nas crises vividas na produção agrícola ou mesmo nos seus próprios sonhos de que os filhos tenham uma vida diferente da que eles tiveram. Mesmo entre os que se consideram bem sucedidos na atividade agrícola, são poucos os que desejam que os filhos dêem continuidade à lavoura familiar, pesando nessa avaliação, é gerado um pessimismo quanto ao futuro das condições de produção do pequeno produtor rural (CARNEIRO, 2005, p. 15).

A tecnologia disponível tem se mostrado adequada e viável, graças ao esforço de pesquisadores voltados para o setor. Por ser neutra, a tecnologia não discrimina classes de produtores quanto à área do estabelecimento. A maioria das tecnologias desenvolvidas visa aumentar a produtividade da terra. Alguns equipamentos adaptados aos pequenos produtores e máquinas têm como objetivo eliminar a ociosidade da terra ou aumentar a produtividade do trabalho. Adaptação e organização do sistema de produção a partir das tecnologias disponíveis compreendem o maior desafio da agricultura familiar.

## 2.2 A QUALIFICAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA

Para Garay (1997, p. 15), pessoa qualificada não seria apenas aquela que possui conhecimentos, mas aquela a quem foi dado a possibilidade de acesso e mobilidade. Neste sentido, qualificar significa repensar as estruturas e a organização do trabalho. O fenômeno da qualificação é histórico e social exerce uma maneira de

seletivizar a força de trabalho, não como uma exigência apenas do processo de produção, mas do processo de acumulação de capital. Dessa forma, a qualificação é um conjunto de competências profissionais, expressos através da escolaridade, conhecimentos teóricos, experiência e habilidades (GARAY, 1997, p. 15).

Leite e Posthuma op. cit Garay (1997, p.16) definem qualificação enquanto construção social, englobando o aspecto político e cultural do fenômeno. Faz-se importante considerar os seguintes aspectos: (a) qualificação combina formas variadas de preconceitos sociais que acabam por valorizar determinadas habilidades mais do que outras; (b) em função disso, as empresas tendem a reservarem os trabalhos mais qualificados a determinados grupos socialmente mais valorizados, e a favorecer a busca da manutenção desses diferenciais; (c) a análise das qualificações deve levar em conta o aspecto comportamental; (d) a qualificação deve ser investigada a partir da divisão do trabalho entre as empresa, atentando-se ao estudo das cadeias de fornecedores.

Sobre o trabalho qualificado, não significa que a qualificação tenha um papel fundamental, pois com as novas exigências da organização integrada e flexível, vem demandando novas habilidades e conhecimentos dos trabalhadores. Qualificar um profissional representa não apenas prepará-lo para lidar com as novas tecnologias, novos produtos e processos ou desenvolver sua capacidade de decisão, comunicação, criatividade e liderança, mas ensiná-lo a aprender, desenvolvendo competência política, valores comunitários e sentimentos de solidariedade. Isso tudo nos remete a auto-estima, ao prazer e à dignidade, eles fundamentais para a construção de uma sociedade melhor. O saber é um importante fator de diferenciação no mercado, assim como a baixa escolaridade é um empecilho. A permanência do produtor na zona rural deve ser acompanhada de uma educação que permita ao homem construir a si próprio pelo trabalho e com novo significado (GARAY, 1997 p. 52-61).

Todas as faces da qualificação devem se desdobrar para um maior espaço para a palavra, para o sentir, como formas de construção do saber, da saúde, da cidadania. Qualificação e cooperação devem estar unidas, uma vez que o processo de aprendizagem mútuo deve ser potencializado, principalmente para aqueles que formam uma cadeia produtiva. Um novo perfil de qualificação deve preocupar-se

com a formação voltada para outras atividades de trabalho, pois qualificação não significa necessariamente emprego, mas uma formação voltada para a construção de uma sociedade, mais justa e humana.

Para a qualificação, se identifica qualificado, apto e idôneo, aquela pessoa que se encontra pronta para exercer determinada função, estar qualificado é estar pronto, mas é necessário que se exercite, pratique, se habilite para desenvolvê-la, ou seja, treine. Para isso, treinamento é definido como exercitar, praticar, capacitar para determinada tarefa ou atividade; habilitar, adestrar, significa transmitir conhecimentos e instruir. Ao ser educado, o homem, sentido genérico, a ele deve ser transmitido o conhecimento, deve ser exercitado, pela prática do conhecimento adquirido, para sentir-se capacitado, apto para desenvolver a função que lhe é proposta. É o processo de qualificação que passa pela educação e treinamento. Qualificar o capital humano é inovar na qualidade, como um sentido de capacidade, experiência, conhecimento, competência e disposição (GARAY, 1997 p. 52-61).

Para Dutra e Bastos (2009 p. 26-58), a qualificação apresenta diversas faces. Se de um lado, Leite & Póstuma (1995 p. 1), consiste em conceituá-la, porque existem diferentes perspectivas teóricas embasando as análises desse fenômeno. Essa divergência conceitual deve-se à forma de compreender a noção de qualificação, privilegiando sua dimensão objetiva e subjetiva ou ainda tomando o conceito no seu sentido amplo ou restrito. Por outro, Castro (1994 p. 79), aponta um amplo dissenso em torno da questão da qualificação, mostrando que a polêmica em torno do assunto é pertinente porque não se debate apenas a sua natureza ou as mudanças no tempo, nem mesmo as explicações sobre as fontes e formas de produzi-las ou entre experiência e conhecimentos obtidos e aperfeiçoados no cotidiano do trabalho, mas de forma geral e individual, em todos os aspectos envolvidos no processo.

Larangeira (1997 p.171), considera que a dificuldade em unificar os conceitos advém tanto da ausência de consenso quanto aos próprios critérios a ser considerados na definição quanto em termos dos critérios a serem utilizados para medir a qualificação. De uma forma ou de outra, há uma série de indagações que emergem ao estudar-se o fenômeno da qualificação, mostrando as dificuldades em atribuir-se importância a alguns aspectos em detrimento de outros.

Para Machado (1994, p. 9), o conceito de qualificação é tomado enquanto um conjunto de condições físicas e mentais que compõe a capacidade de trabalho ou a força-de-trabalho despendido em atividades voltadas para a produção de valores de uso. Desse modo, o que está em jogo é a capacidade de trabalho da mão-de-obra como condição fundamental da produção capitalista, uma vez que cria a possibilidade de agregar um valor adicional ao seu próprio valor através da mais-valia. Nessa perspectiva, a qualidade do trabalho humano está vinculada a uma qualificação coletiva criada pelas próprias condições da organização da produção social, destacando que, nesse processo, a qualificação individual do trabalhador funciona tanto como pressuposto quanto resultado, que se expressa em um maior ou menor grau de complexidade dependendo das possibilidades de potenciação dos vários tipos de trabalho simples conhecidos pela sociedade.

De acordo com Dultra e Bastos (2009, p. 29), o homem, mergulhado nas relações de produção, enfrenta um processo contraditório em que estão sempre presentes e em confronto. Se por um lado, há momentos de educação e de deseducação, de qualificação e de desqualificação, de humanização e de desumanização, por outro, o processo de produção do saber, é determinado pelas relações sociais que os homens, em sua prática de trabalho, estabelecem entre si, ou seja, no interior das relações sociais em seu conjunto. A produção do conhecimento são os homens em sua atividade prática, ou seja, em seu trabalho, compreendido como todas as formas de atividade humana através das quais o homem aprende, compreende e transforma as circunstâncias ao mesmo tempo em que é transformado por elas.

Nesse mesmo propósito, Hirata (1999, p. 5-27), salienta que apesar das divergências, há uma limitação comum entre eles quando percebem a qualificação como algo que se adquire através das instituições de formação profissional, pela via da experiência e do treinamento na empresa, minimizando a contribuição de outras instituições e espaços de aprendizagem como a família.

Para Littler, apud Castro (1994, p. 79), observa-se que ao lado da concepção de qualificação como conjunto de características objetivas das rotinas de trabalho, são apresentados elementos que se fazem presentes sobre qualificação:

- a) qualificação como um fenômeno relacionado ao processo de trabalho e, portanto, ligada ao grau de controle exercido sobre o trabalhador no processo de produção como um conjunto, no qual se inclui a sua atividade específica;
- b) qualificação como uma construção social de competências, vista como uma dimensão mais ampla do que aceções anteriores, uma vez que está ligada não apenas aos aspectos técnicos, aos conhecimentos e habilidades necessárias ao desempenho da função, como também não se restringe ao modo como o trabalho é gerido.

A respeito da qualificação enquanto fenômeno relacionado ao processo de trabalho, Dultra e Bastos (2009, p. 6-7), colocam o seu foco no grau de controle do capital sobre o trabalhador. Nessa perspectiva, está em jogo a divisão técnica do trabalho e a forma como o trabalho é gerido. Por isso, a qualificação estaria vinculada à margem de autonomia dada ao trabalhador, uma vez que a rígida divisão levada a efeito pelo taylorismo/fordismo conduz à perda progressiva da qualificação. Quanto à construção social das competências, a pressuposição é que a qualificação seja um processo socialmente construído em situações históricas concretas. O fenômeno da qualificação é entendido como algo que se estende para além dos processos de trabalho e mecanismos de controle, contrariando a visão determinista que defende a inevitável desqualificação do trabalhador.

Outros fatores estão envolvidos nesse conceito, como aspectos políticos e sociais da qualificação, não apenas os conhecimentos e habilidades técnicas necessários à execução de uma tarefa. Ao considerar a qualificação como processo, resultante de relações sociais, deve-se levar em conta que é na dinâmica estabelecida entre capital e trabalho que se diferenciam as classificações do emprego estabelecidas pela empresa e a qualificação dos trabalhadores (NEVES e LEITE 1998, p.11).

Dentro desta visão, Ropé & Tanguy (1997. p. 15), formulam a competência como inseparável da ação. Essa abordagem é definida como o conjunto de conhecimentos, qualidades, capacidades e aptidões que habilitam para a discussão, consulta e decisão. Supõe conhecimentos fundamentados e não há competência

total se os conhecimentos teóricos não forem acompanhados das qualidades e da capacidade que permitem executar as decisões sugeridas.

Ao enfatizar que a competência é um atributo que só pode ser apreciado e avaliado em uma dada situação, os autores (idem, p. 16), lembram que estando associada às noções de desempenho e eficiência, a competência assume diferentes sentidos, tendendo a substituir outras noções que prevaleciam anteriormente, como os saberes e conhecimentos tanto na esfera educativa quanto na esfera do trabalho através da qualificação. Essas noções, estando agora associadas à competência, mesmo que não tenham desaparecido, perderam a sua posição central, porque assumiram outras conotações.

A questão da educação profissional e da qualificação é mais um desafio, uma vez que a mobilização de novas competências implica em mudanças nas relações de trabalho e nas políticas, de modo a criar as condições propícias para a aprendizagem, capacitando o trabalhador para assumir o seu autodesenvolvimento, enfrentando o processo de obsolescência do seu saber (DULTRA e BASTOS, 2009, p. 9).

Em estudo sobre produção e qualificação para o trabalho, Paiva (1991, p.23), faz uma ampla revisão da bibliografia internacional sobre o assunto, chegando à conclusão de que essa polêmica sobre a relação entre a produção e a qualificação, ao longo do tempo, se apóia em análises que seguem um esquema trifásico qualificação, desqualificação e requalificação, correspondente às três fases do capitalismo:

1. qualificação: corresponde ao período do artesanato, para o qual o exercício do trabalho pressupunha longos anos de aprendizagem e extrema habilidade do trabalhador para ocupar-se de todas as fases de elaboração do produto;
2. desqualificação: corresponde à manufatura, período que se inicia no século XVI e se consolida com a revolução industrial e a produção em massa, a divisão técnica do trabalho se intensifica, e a indústria moderna exige disponibilidade absoluta do ser humano às suas condições;

3. requalificação: uso intensivo da automação que, pela própria versatilidade com que a empresa moderna conduz o trabalho industrial, pode abrir caminho à educação politécnica e conseqüente requalificação da força-de-trabalho.

Trabalho e qualificação, para Leite (1994, p. 16), não são apenas questão de tecnologia, seus impactos não se esgotam em simples relações de causa e efeito, mas dependem de toda a teia de relações sociais e de mercado, internas e externas às empresas.

As questões da qualificação na atualidade implicam em analisar criticamente a produção integrada e flexível numa perspectiva mais ampla. Desse modo, a qualificação não pode ser associada de forma restrita à escolaridade, às exigências do posto de trabalho, nem à competência técnica exclusivamente. É necessário incorporar na análise outros elementos importantes como os atributos pessoais do trabalhador em termos de origem, personalidade, gênero e etnia, porque a qualificação é um elemento importante na definição de identidades (DULTRA e BASTOS, 2009, p. 12).

Dessa forma, a relação existente entre a permanência do agricultor no campo e sua qualificação está interligada. A qualificação está associada à permanência no campo, de sorte que quanto maior esta qualificação, maior tende a ser a sua permanência no campo.

## CAPÍTULO 3

### A CASA FAMILIAR RURAL COMO INSTRUMENTO PARA A PERMANÊNCIA DO AGRICULTOR NO CAMPO

No contexto de desenvolvimento, devemos enfatizar a importância de uma educação voltada para a agricultura e ao agricultor, que na atualidade, além das dificuldades ocasionadas pelo processo de modernização, enfrenta um problema não menos grave, ligado ao ensino formal. O mesmo, além de ser considerado inadequado, é pouco atrativo e ainda desestimula o jovem a continuar na atividade agrícola. Diante disso, surge como opção para a educação de jovens filhos de agricultores. A Casa Familiar Rural destinada a proporcionar conhecimentos baseados na realidade do campo. Dessa forma, a Casa Familiar Rural constitui um instrumento para a permanência do agricultor no campo.

As *Maisons Familiales Rurales* – MFRs, ou Casa Familiar Rural - CFRs, denominadas no Brasil, tiveram origem na França em 1935, no povoado de Lot et Garonne, em um pequeno vilarejo, ao Sul da França, denominado de Lanzun. De acordo com Passador (2003, p. 51-52), surgiram pela necessidade de dinamizar o meio agrícola através da formação dos jovens e da viabilização da atividade agropecuária diante da preocupação de pais com a atitude dos filhos de negarem-se a seguir os estudos dentro dos padrões existentes na época, demonstrando vontade em prosseguir com a atividade e permanecer na propriedade, cultivando o desejo de ser agricultor como seu pai, sendo esta a finalidade dos conhecimentos adquiridos.

Por iniciativa de um grupo de famílias do meio rural, preocupadas com a adoção de uma formação profissional aliada à educação humanista para seus filhos, buscavam solucionar dois problemas. Por um lado, as questões relacionadas ao ensino regular que, por ser direcionado para as atividades urbanas, levava os adolescentes camponeses a abandonar a terra. E, por outro, a necessidade de fazer chegar ao campo a evolução tecnológica de que precisavam. Criaram, então, a primeira Casa Familiar Rural, chamada de *Maison Familiale Rurale*, onde os jovens

passavam duas semanas recebendo conhecimentos gerais e técnicos voltados para a realidade agrícola regional e duas semanas nas propriedades rurais, aplicando os conhecimentos recebidos (PASSADOR, 2003, p. 56).

Com o sistema educacional da época, considerado pouco atrativo para o meio rural, surgiu um projeto educacional, uma proposta que tinha por objetivo oferecer aos jovens uma formação alternativa de acordo com a realidade, que, além de um aprendizado teórico-prático, possibilitasse a motivação para os estudos e recuperação da auto-estima. Uma vez que, a insatisfação dos agricultores e de seus filhos era motivo para preocupação das famílias. O projeto se propunha a buscar o desenvolvimento social e econômico da região, fazendo com que o jovem agricultor permanecesse no campo e fosse capaz de iniciativas que beneficiassem a atividade como um todo.

A Casa Familiar Rural está baseada na estrutura da Pedagogia da Alternância, ou seja, enfatiza o respeito à cultura do sujeito do campo, proporcionando uma proposta diferenciada e alternativa, constituindo no universo pedagógico como sendo uma pedagogia da resistência cultural em relação à forte hegemonia neoliberal presente na educação brasileira, principalmente, a partir da década de 1990.

Para Godinho (2009, p. 1-2), alternância significa o processo de ensino-aprendizagem que acontece em espaços e territórios diferenciados e alternados. O primeiro espaço consiste na família e na comunidade de origem real. O segundo compreende a escola onde o educando partilha com os outros atores os diversos saberes que possui e reflete sobre eles em base científica e retorna para a família e a comunidade, a fim de continuar a prática, aliado à teoria, seja na comunidade ou propriedade, através de atividades de técnicas agrícolas ou na inserção em determinados movimentos sociais.

Inicialmente, o modelo de educação desenvolvido pela Casa Familiar Rural constitui-se uma alternativa para a educação no campo que consiste em mesclar períodos de uma semana em regime integral na Casa Familiar e uma semana de aplicação dos conhecimentos na propriedade familiar, supervisionado pelos monitores. O objetivo é promover uma educação, formação e profissionalização

mais apropriada à realidade do campo. Esse processo permite que o aluno aprenda técnicas que serão úteis para a vida no campo e as coloque em prática no convívio familiar.

A Casa Familiar Rural - CFR oferece aos jovens rurais uma formação integral, adequada à sua realidade e permite atuação como um profissional no meio rural, além de terem condições de exercer plenamente sua cidadania. Objetiva melhorar a qualidade de vida dos agricultores, através da aplicação de conhecimentos técnico-científicos organizados a partir dos conhecimentos familiares e também, da pedagogia da alternância.

### 3.1 CONTRIBUIÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL PARA QUALIFICAÇÃO DE AGRICULTORES E SUA PERMANÊNCIA NO CAMPO

Para aqueles que buscam conhecimento, a Casa Familiar Rural, fomenta no jovem agricultor rural, o sentido de comunidade, vivência grupal e desenvolvimento do espírito associativo, bem como desenvolve a consciência de que é possível, através de técnicas de produção adequadas, de transformação, de comercialização, viabilizar uma agricultura sustentável, sem agressão e prejuízos ao meio ambiente. Faz com que aprenda a desenvolver práticas capazes de organizar melhor as ações realizadas na propriedade rural.

A respeito de suas especificidades e diferenças, a Casa Familiar Rural tem como princípio fundamental e norteador dos seus projetos educativos a Pedagogia da Alternância. Tal princípio repousa sobre a combinação, no processo de formação do jovem agricultor, de períodos de vivência no meio escolar e no meio familiar/produtivo. Alterna-se, assim, a formação agrícola na propriedade com a formação teórica geral que, além das disciplinas básicas, engloba uma preparação para a vida associativa e comunitária (PASSADOR, 2003, p. 60).

A Pedagogia da Alternância é um processo formativo e contínuo de atividades e de espaços e tempos. Passador (2003, p. 60) afirma que é necessário

haver integração formativa nos diferentes espaços. No espaço escola-família, é necessária uma didática específica, com instrumentos metodológicos tais como: plano de estudo, atendimento personalizado, colocação em comum, caderno da realidade, caderno didático, visitas e viagens de estudo, intervenções externas, experiências, visitas às famílias, estágio, projeto profissional do jovem, caderno de alternância e avaliação. Uma equipe de monitores, ligados às áreas de Ciências Agrárias, são responsáveis pela organização, pela dinamização das atividades docentes, e pela elaboração, em conjunto com os pais, Associação da CFR e Órgãos, de um Plano de Formação, sempre respeitando o calendário agrícola local. Os monitores têm apoio e assessoramento técnico e pedagógico das entidades locais e estaduais. Acompanham o trabalho, o projeto profissional de cada jovem e particularmente, através das visitas nas famílias durante os períodos de alternância.

A participação da Casa Familiar Rural de Candói vai além da formação de jovens agricultores e suas famílias. Efetiva a viabilização de políticas públicas para associados e também para agricultores familiares do município. Salienta-se que a participação da entidade parece ser fundamental para oportunizar as famílias e jovens associados, a chance de vislumbrar um futuro com qualidade de vida e possibilitando aos mesmos colocar em prática os conhecimentos adquiridos. Quanto à questão social, favorece o resgate da auto-estima e a possibilidade de pessoas que nasceram e se criaram no meio rural, ter a condição de vislumbrar um futuro para si e seus familiares e proprietários do negócio que trabalham por conta própria.

Com a Pedagogia da Alternância deixa-se para trás uma pedagogia plana para ingressar numa pedagogia no espaço e no tempo e diversificam-se as instituições, bem como os atores implicados. Os papéis destes atores, não são mais aqueles da escola costumeira. O jovem (pré-adolescente, adolescente, ou jovem adulto) em formação, isto é, o “alternante”, não é mais um aluno na escola, mas já um ator num determinado contexto de vida e num território. Sua família é convidada a participar ativamente de sua educação, de sua formação, acima de tudo por que é jovem. (GIMONET, 2007, p. 19).

Dessa forma, Pedagogia da Alternância baseia-se num método científico. Observar, ver, descrever, refletir, analisar, julgar e experimentar, agir ou questionar através dos Planos de Estudos, envolvendo família, comunidade e escola. Ao

procurar responder às questões através das aulas, palestras, visitas, pesquisas, estágios e fazer experimentos em casa a partir do aprofundamento teórico, o jovem percebe o quanto pode aprender na prática. O princípio é que a vida ensina mais que a escola, por isso, o centro do processo ensino-aprendizagem é o aluno e a sua realidade. A experiência sócio-profissional se torna ponto de partida no processo de ensinar e, também, ponto de chegada, pois o método da alternância constitui-se no tripé ação – reflexão – ação – ou prática – teoria – prática.

Com a prática dessa metodologia, a educação apresenta resultados no curto prazo. Os jovens se transformam em agentes multiplicadores, mudando sua realidade, pois cada um exerce sua condição de protagonista, liderando e exercendo forte papel nas localidades de origem, comunidade, bem como em associações rurais.

Para os pais dos jovens agricultores participantes do sistema da Casa Familiar Rural, o fato do jovem agricultor ter de ficar uma semana fora de casa, causa certo distanciamento da família e da comunidade, mas para o jovem agricultor, essa distância é benéfica, pois além de adaptação, ele tende a crescer intelectualmente, se tornando mais responsável e independente. Um dos benefícios presentes neste tipo de estrutura é o amadurecimento e acesso à vida real. Com o uso de tecnologia, permite ao jovem agricultor sair do seu mundo pequeno, fechado e retraído, possibilitando um estado extrovertido e dinâmico, o que faz com que a permanência no campo seja um forte ponto de diferenciação.

Para a Casa Familiar Rural, a pedagogia da alternância permite fazer uso de instrumentos pedagógicos. Constituído do plano de estudo, este meio de pesquisa participativa, é aplicado no meio-família ou comunidade. Assim, o contato faz referência ao que o jovem aprende e o que anseia, seja nos estudos, família e futuro.

Para a colocação em comum do tema gerador sócio-profissional, os jovens discutem e registram suas pesquisas, juntamente com todas as atividades ligadas aos planos de estudos. Através do tempo-estudo é possível adquirir cientificidade, mesclando a teoria com a prática. Os métodos de avaliação consistem em provas, trabalhos em sala de aula, planos de visitas de estudos, visitas através do tempo-família e tempo-comunidade.

O programa desenvolvido pela Casa Familiar Rural está descobrindo vocações e incentivando a permanência do jovem agricultor no campo. O objetivo consiste na fixação dos agricultores em sua região e para isso é necessário que eles gostem do campo e aprendam a gostar do que fazem, por isso, aprendem como desenvolver a agroindustrialização do leite e frutas e como diversificar a propriedade de forma criativa e rentável, agregando valor ao produto.

A Casa Familiar Rural permite que os jovens agricultores se qualifiquem e possam adaptar-se à evolução no campo em conjunto com a sua família e comunidade onde vivem. No uso de suas atribuições, a Casa Familiar Rural busca oferecer aos jovens agricultores uma formação integral, adequada à sua realidade, que lhes permitam atuar, como um profissional no meio rural, além de se tornarem homens e mulheres em condições de exercerem plenamente a cidadania.

Objetiva orientar o jovem agricultor sobre a importância da permanência no campo, quanto às possibilidades de trabalho em seu meio sócio-profissional, em condições dignas de vida, fazendo com que sua permanência no campo, origine os padrões de vida compatíveis com o mundo atual (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p. 2).

Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2010, p.3), a Casa Familiar Rural proporciona uma formação técnica, humana e gerencial ao jovem agricultor. Sua origem familiar é composta por pessoas que obtêm sustento pelo trabalho originário da agricultura. Seu público-alvo é de jovens agricultores que buscam uma qualificação que proporcione uma maior interação e apropriação de técnicas de aperfeiçoamento da agricultura familiar, fazendo com que a relação escola – família - comunidade seja uma constante na troca de conhecimentos. No processo da prática educativa, a Casa Familiar Rural, desenvolve e direciona a formação para o trabalho agrícola. Com a filosofia do não distanciamento da proposta inicial, o trabalho e o preparo dos filhos dos trabalhadores rurais se dá pela proposição para a permanência no campo, sem deixar de lado o atendimento quanto à formação escolar, atendendo ao currículo pleno da educação.

O educando, a partir de sua realidade e daquilo que já conhece, no processo formativo agrega novos conhecimentos tornando-se apto à reconhecer problemas antes não percebidos. Passa a perceber novas faculdades que os instrumentaliza, promovendo condições para transformações em sua realidade a

partir de suas próprias intervenções, de acordo com princípios éticos, ecológicos e solidários (PASSADOR, 2003, p. 60).

Para a eficaz permanência do jovem agricultor, o meio rural precisa ser mais valorizado, ou seja, buscar conhecimento de que o rural tem significado importante para a sociedade. A multifuncionalidade da agricultura familiar precisa ser reconhecida pela sociedade e valorizada. A A. F. produz alimentos contribuindo com a segurança alimentar, distribui renda, ocupa mão-de-obra, gera emprego, conserva florestas, nascentes e matas ciliares. Promove serviços ambientais de que toda sociedade se beneficia, bem como está ligada à conservação da cultura, tradições e identidade (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p. 4).

A contribuição que a Casa Familiar Rural proporciona aos jovens agricultores são as possibilidades de enxergar as inter relações do mundo vivo e eco dependências do ser humano. Considerada uma educação integral, ela permite ao jovem agricultor, compreender melhor sua realidade, ampliando sua visão de mundo, de forma global e integrada, implicando no papel fundamental para a permanência do jovem agricultor no campo.

Segundo Freire (1997, p. 52), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção. Dessa forma, é preciso garantir a formação e capacitação às jovens agricultoras e aos jovens agricultores, permitindo a conscientização ambiental, a aplicação de práticas agrícolas e manejo animal ecológicos. Os jovens agricultores passam a incorporar novos conhecimentos ao aplicá-los em suas atividades agropecuárias, bem como muitas famílias passam a se convencer dos benefícios adquiridos. É uma educação transformadora para os jovens que estão em formação e para toda a sua família, proporcionando um processo de ensino-aprendizagem que permite ao jovem agricultor aprender a partir da sua realidade, reconhecendo-a, valorizando-a e re-significando o rural, percebendo que é preciso viver, reproduzir seus sistemas de produção.

De acordo com o MDA (2010, p. 3), é possível despertar nas entidades, em todos os níveis, para a importância e a seriedade do Projeto Casa Familiar Rural, envolvendo-os, no sentido de conseguir apoio para conscientizar os agricultores que para ser profissional do futuro é preciso ter uma formação. Investir na capacitação dos recursos humanos, associações e monitores. Estimular a utilização do crédito

para que os agricultores desenvolvam seus projetos de melhoria da produção através da agroindustrialização e da comercialização, bem como avaliar e registrar constantemente os resultados obtidos, fazendo um trabalho de divulgação com o objetivo de esclarecer as necessidades locais considerando o desenvolvimento sustentável da região de atuação.

Atualmente a Casa Familiar Rural está presente nos cinco continentes, em trinta países, primando pela concepção, responsabilidade e dedicação das famílias na formação dos jovens agricultores, no sentido de provocar o desenvolvimento global do meio (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p. 1).

No Sul do Brasil, o processo de implantação da Casa Familiar Rural ocorreu no Paraná e teve início em 1987, nos municípios de Barracão e Santo Antonio do Sudoeste, com o apoio dos agricultores e o envolvimento da comunidade.

Hoje, no Brasil, há mais de 270 Casas Familiares Rurais. Só na região Sul do País, somam 83, representando 250.000 pessoas envolvidas direta ou indiretamente. No Estado, estão presentes em 41 escolas e está presente nas regiões onde a agricultura familiar é fonte de recursos e precisa de mão-de-obra qualificada (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p. 3).

Para Passador (2003, p. 53), a Casa Familiar Rural:

.... é projetada para ser uma instituição educativa que utiliza métodos pedagógicos adequados à educação dos jovens rurais, baseados na realidade, na participação da família e na alternância. Para levar a efeito, esse método, faz-se necessário que os professores e monitores possuam conhecimentos técnicos na área das ciências agrárias, qualificação pedagógica e familiaridade com o meio agrícola. É necessário, ainda, que o grupo de professores e monitores atue junto com a associação no projeto de formação dos jovens, opinando permanentemente sobre o conteúdo dos planos de estudo, conduta da alternância, relação com os pais e comunidade e quanto ao futuro profissional dos jovens.

A Casa Familiar Rural é uma instituição educativa de ensino informal, regida por uma associação de produtores através de um conselho eleito por assembléias. Com o intuito de proporcionar a instalação de uma Casa Familiar Rural, em 1968

ocorreram às primeiras tentativas para a implantação deste novo sistema de engajamento da permanência do jovem agricultor no campo.

O objetivo da Casa Familiar Rural é estimular os jovens agricultores a permanecer no campo, trabalhar e progredir em suas atividades, valorizar o meio rural, abordando desde formas de diversificação até a sucessão familiar. É preciso que jovens continuem a exercer as atividades junto à família e aprendam novas formas de alavancar esta atividade.

Um exemplo desse sistema de ensino vem da região Centro Sul do Estado. A Casa Familiar Rural de Candói é uma destas instituições. Existente desde 1994, hoje, abriga 34 alunos divididos em 2 turmas, compreendendo 7ª e 8ª séries.

Para o Iparde, o Município de Candói, localizado no terceiro planalto paranaense, no Centro-Sul do Estado do Paraná, possui área de 1.513 Km<sup>2</sup>. De acordo com dados do Iparde, a população era de 14.185 habitantes. Disposta da seguinte maneira: população urbana composta por 5.158 pessoas e a rural 9.027 habitantes. O que denota que sua população se concentra no campo (IPARDES, 2010, P. 9).

Candói apresenta dois aspectos que merecem destaque. O município concentra as grandes propriedades de produção de monocultura, onde as terras são planas, as quais se ocupam da agricultura tecnificada e também da criação do gado bovino de corte. Por outro lado, margeando os rios Iguaçu e Cavernoso, se concentram as pequenas propriedades, os agricultores com menor condição financeira representado por famílias migrantes de outros estados e diferentes regiões do Paraná, favorecendo a agricultura familiar.

## **CAPÍTULO 4**

### **METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA**

A pesquisa utiliza a abordagem qualitativa por descrever a complexidade de determinada hipótese ou problema; analisa, compreende e classifica os processos dinâmicos, experimentados por grupos sociais; contribui para o processo de mudança, criação ou formação de opiniões em determinados grupos e permitiu um maior grau de aprofundamento na interpretação das particularidades dos comportamentos ou das atitudes dos indivíduos. Também, fez uso da abordagem quantitativa, no sentido de mensurar um fenômeno.

Para o procedimento de coleta de dados, utilizou-se da observação in loco, entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos e questionários para o levantamento dos dados acerca das famílias pesquisadas, ou seja, dos agricultores. O uso de questionário se deu em função do mesmo permitir a coleta de dados qualitativos e quantitativos que nortearam toda a caracterização dos entrevistados.

Na coleta de dados primários, foram realizadas observações participantes, com o objetivo de conhecer o grupo e buscar a realidade objetiva e subjetiva do grupo. As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas de forma aberta e aplicadas aos jovens que estão freqüentando a Casa Familiar Rural e também aos responsáveis por eles, seja pais ou avós. Os dados foram obtidos nos encontros de grupos temáticos, em que o pesquisador participou como observador participante de reuniões com professores, pais e educandos. Para complementar as informações foram utilizados arquivos de documentos de circulação interna da Casa Familiar Rural.

Sobre a análise documental, foram conduzidas pesquisas, levantamento de referências expostas em meios escritos, se assemelhando à pesquisa bibliográfica, todavia não levantou material editado, tais como livros, periódicos, mas buscou material que não foi editado, como cartas, memorandos, correspondências de outros tipos, relatórios, estudos e avaliações.

Através da realização de entrevistas semi-estruturadas foi possível buscar informações, dados e opiniões por meio de uma conversa livre, com pouca atenção a prévio roteiro de perguntas. As entrevistas compreenderam uma fonte essencial de evidências para o estudo de caso, uma vez que em pesquisa social é preciso lidar com atividades de pessoas e grupos.

A técnica de pesquisa participante residiu na possibilidade de captar uma variedade de situações ou fenômenos, que não são obtidos por meio de perguntas, pois ao serem observados diretamente, na própria realidade, os eventos transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real. Dessa forma, os resultados obtidos não são tidos como conclusivos, mas tendem a gerar novos problemas, que geram novas ações.

Para interpretação dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. O procedimento para análise das informações consistiu numa análise dos dados em que o primeiro passo residiu na transcrição dos encontros, das entrevistas e na leitura do material de circulação interna. A referida técnica de análise pode ser caracterizada por um conjunto de instrumentos metodológicos, aplicáveis a discursos diversificados, visando a obtenção de indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos à produção das variáveis inferidas nas mensagens.

Para tanto, a pesquisa descritiva descreveu as características de um determinado assunto. Gil (2009, p. 42), salienta que a pesquisa descritiva juntamente com a exploratória, permite atuação prática. Dessa forma, a atuação prática, se deu juntamente aos educandos da Casa Familiar Rural de Candói – Paraná.

Para Marconi e Lakatos (1996 p. 27), delimitar a pesquisa é estabelecer limites para a investigação. Com isso, o recorte da pesquisa constitui-se da população que integra a amostra desta pesquisa, ou seja, agricultores familiares, jovens educandos da Casa Familiar Rural no município de Candói – Pr.

Participaram da entrevista pais e jovens agricultores, predominantemente do sexo masculino, ao todo são 34 jovens, porém apenas 4 do sexo feminino, com idades que variam de 15 a 23 anos. Foram coletados depoimentos, por meio da observação participante, durante os encontros realizados na Casa Familiar Rural,

pais e educandos. Para o levantamento das informações, foi solicitada a autorização da coordenação da Casa Familiar Rural, para a participação dos educandos. Com o objetivo de preservar a identidade dos mesmos, se adotou o seguinte critério: os jovens que participam deste estudo são apenas identificados pelo ano 2009.

Segundo Marconi e Lakatos (1996, p. 66), a principal vantagem da pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, é a bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas e boletins, permitindo ao pesquisador investigar a existência de forma ampla de escritos. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com grande parte do que foi dito sobre determinado assunto, tendo como objetivo recolher, selecionar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre determinado assunto (MARTINS, 2002, p. 23).

Dessa forma, além de identificar e desenvolver idéias a partir da existência de relações contidas nos escritos, a pesquisa bibliográfica oferece meios para definir e resolver o que já se disse sobre um assunto, mas, também, propicia o exame de um tema sob novo enfoque (MARCONI e LAKATOS, 1996, p. 66).

A bibliografia explora novas áreas e permite ao pesquisador traçar um paralelo entre as informações, tornando-se não apenas uma repetição do que foi escrito ou dito, mas proporciona ao pesquisador elencar novo enfoque nas abordagens referente ao assunto determinado, orientando conclusões relevantes e satisfatórias.

De acordo com Gil (2009, p.54), o estudo de caso consiste em um estudo profundo e exaustivo, que permite um amplo e detalhado conhecimento sobre um, ou poucos objetos pesquisados. Através de sua flexibilidade, o estudo de caso é útil em pesquisas exploratórias, sendo recomendado para a construção de hipóteses ou reformulação dos problemas nas fases iniciais de uma investigação sobre o tema. Esta pesquisa se utilizou do método qualitativo do tipo estudo de caso, amparado pela técnica de pesquisa participante.

Relacionado à técnica de pesquisa participante, segundo Marconi e Lakatos (1996, p.81), ela permite a captação de diversas situações e fenômenos que não seriam informados por meio de perguntas, mas que são observáveis quando os atores pesquisados estão à vontade em seu ambiente natural. Por sua vez, se

incorpora ao grupo e participa das ações que envolvem os agentes pesquisados. A importância desta técnica reside na possibilidade de captar uma variedade de situações ou fenômenos, que não são obtidos por meio de perguntas. Observados diretamente, na própria realidade, os eventos transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real. Nesse sentido, esta pesquisa objetiva a interação e participação do pesquisador com a comunidade estudada, pretendendo cooperar sem interferir.

Gil (2009, p.55) acrescenta que a pesquisa participante está caracterizada pela interação entre pesquisador e membros da situação investigada. Não se encerra com a elaboração de um relatório, mas de um plano de ação que poderá tornar-se uma nova pesquisa, por isso, o caráter formal e dialético desse tipo de pesquisa. Os resultados obtidos não são tidos como conclusivos, mas tendem a gerar novos problemas, que geram novas ações.

Observação participante na visão de Martins (1992, p. 55), acontece quando o pesquisador-observador torna-se parte integrante de uma estrutura social e na relação face a face com os sujeitos da pesquisa, coleta de dados e informações. O papel do observador participante pode ser formal ou informal, dependendo da estruturação do grupo social.

Dessa forma, para Martins e Lintz (2000, p. 36) o estudo de caso é uma técnica de pesquisa cujo objetivo é o estudo de uma unidade social, ou seja, comunidade. Trata-se de uma investigação empírica, que possui enfoques exploratórios e descritivos. Explora situações da vida real, cujos limites não estão claramente definidos, preserva o caráter unitário do objeto estudado, resultando na possibilidade de aprofundamento do tema, pois os recursos se atêm ao objeto pesquisado, que não é submetido a restrições ou a comparações com outros casos. Portanto, a pesquisa não está atrelada a um protocolo imutável, deixando espaço para que o pesquisador adapte os instrumentos e a abordagem para explorar elementos imprevistos ou, ainda, reúna detalhes que auxiliem na compreensão dos eventos.

Segundo Martins e Lintz (2000, p.37), podemos afirmar que esta pesquisa está embasada no método qualitativo exploratório. O que permite à pesquisa, delinear-se à medida que se desenvolve, pois apreende e compreende múltiplos aspectos de uma dada situação. A escolha do método decorreu do fato de que o

objeto de estudo parte de uma visão interdisciplinar do conhecimento, por isso passível de transformação e essencialmente qualitativo. Assumir estes princípios implica considerar o sujeito de estudo em determinada condição social, pertencente a um determinado grupo ou classe, com suas crenças, valores e significados.

O método empregado foi o qualitativo e, também, o quantitativo por empregar dados estatísticos na análise de um problema. Teve por finalidade numerar e medir unidades ou categorias homogêneas. As pesquisas que se utilizam da abordagem qualitativa podem descrever a complexidade de determinada hipótese ou problema; analisar a interação entre certas variáveis; compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais; contribuir para o processo de mudança, criação ou formação de opiniões em determinados grupos e permite um maior grau de aprofundamento na interpretação das particularidades dos comportamentos ou das atitudes dos indivíduos.

Para o procedimento de coleta de dados, foram utilizadas as técnicas de interrogação. De acordo com Gil (2009, p. 114-115), um questionário consiste em um conjunto de questões respondidas por escrito pelo pesquisado, bem como a entrevista, que é a situação face a face. Do ponto de vista técnico da pesquisa participante, se utilizou da observação *in loco*, entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos encontrados na Casa Familiar Rural, sob a forma de atas e informações encontradas nos históricos de cada turma.

Para a coleta de dados, foi necessária a aplicação de questionários para o levantamento dos mesmos. Sua utilização se deu em função de permitir a coleta de dados qualitativos e quantitativos que nortearam toda a caracterização dos entrevistados.

Na coleta de dados primários, foram realizadas observações participantes, com o objetivo de conhecer o grupo e buscar a realidade objetiva e subjetiva do grupo, as entrevistas semi-estruturadas ocorreram de forma aberta e foram aplicadas aos jovens que estão frequentando a Casa Familiar Rural. Os dados foram obtidos nos encontros de grupos temáticos, em que o pesquisador participou como observador participante de reuniões com pais e para complementar as informações foram utilizados arquivos de documentários de circulação interna da Casa Familiar Rural.

Sobre a pesquisa documental, Gil (2009, p.87-88) afirma que constitui um fim em si mesma com objetivos específicos. Envolve a consulta de vários tipos de arquivos, sob a forma de mapas, fichários, cadernos e documentos pessoais. Para se compor uma plataforma teórica de um estudo de caso ou qualquer outra estratégia de investigação, são conduzidas pesquisas bibliográficas, levantamento de referências expostas em meios escritos. Logo, a pesquisa documental se assemelha à pesquisa bibliográfica, todavia não levanta material editado – livros, periódicos, mas busca material que não foi editado, como cartas, memorandos, correspondências de outros tipos, relatórios, estudos e avaliações.

Através de entrevista semi-estruturada, Marconi e Lakatos (1996, p.85) apresentam que o entrevistador busca informações, dados e opiniões por meio de uma conversa livre, com pouca atenção a prévio roteiro de perguntas. Os questionamentos são abertos e consiste em uma forma de exploração mais amplamente de uma dada questão. Uma entrevista pode oferecer elementos para corroborar evidências coletadas por outras fontes, possibilitando triangulações e, conseqüentemente, aumento do grau de confiabilidade do estudo. As entrevistas são uma fonte essencial de evidências para o estudo de caso, uma vez que em pesquisa social é preciso lidar com atividades de pessoas e grupos.

Para interpretação dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Segundo Martins e Lintz (2000, p.55-56), trata-se da técnica de estudo e análise da comunicação, de maneira objetiva, sistemática e quantitativa. O procedimento para análise das informações consiste numa análise dos dados em que o primeiro passo consiste na transcrição dos encontros, das entrevistas e na leitura do material de circulação interna.

A referida técnica de análise pode ser caracterizada por um conjunto de instrumentos metodológicos, aplicáveis a discursos diversificados, visando a obtenção de indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos à produção das variáveis inferidas nas mensagens. Assume caráter quantitativo e qualitativo. Desse modo, a seguir, apresentamos o desenvolvimento e a interpretação dos dados no estudo em questão.

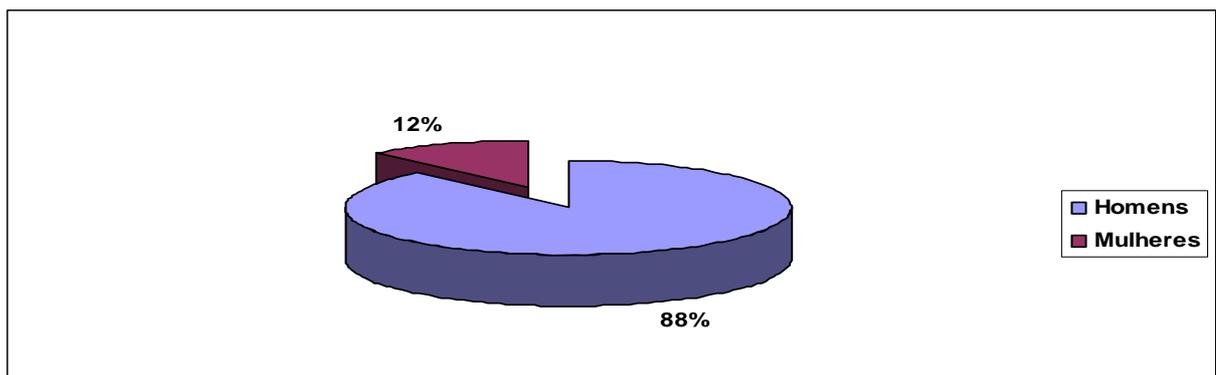
## CAPÍTULO 5

### APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE PESQUISA: DESENVOLVIMENTO E INTERPRETAÇÃO

Para a pesquisa ser desenvolvida, foram analisados inúmeros fatores, que puderam evidenciar o assunto em questão. Para isso, foram entrevistados os 34 educandos da Casa Familiar Rural. Deste universo, são 30 homens e 4 mulheres fazendo parte da turma de 2009. Com isso, serão identificados apenas como a turma de 2009.

Dentro do universo pesquisado, foi possível perceber que o desinteresse das mulheres em permanecer, o que faz com que o número das, que participam das atividades da Casa Familiar Rural, seja pequeno. Exemplo disso, é a turma de 2009, que de um total de 34 alunos, apenas 4 mulheres frequentaram, o que denota a predominância do universo masculino. E compreende a relação 88% homens e 12% mulheres.

**Gráfico 1:** Proporção de Gêneros da Casa Familiar Rural



**Fonte:** dados da pesquisa

Através de situações diversas e fenômenos que não poderiam ser informadas por meio de perguntas, os respondentes, a turma 2009, puderam se expressar objetivando a natureza da pesquisa. Isto se deu em reuniões realizadas

entre pesquisadora, Casa Familiar Rural, famílias e educandos, no período de novembro de 2009, a abril de 2010.

De acordo com estudos realizados entre o período de dezembro de 2009 e abril de 2010, com os alunos da Casa Familiar Rural de Candói, a média de idade é de 16 anos, todos filhos de agricultores e buscam novos conhecimentos para a atividade em questão.

## 5.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS EDUCANDOS, JOVENS AGRICULTORES FAMILIARES

Foram entrevistados em forma de questionários os 34 alunos e também em forma de pesquisa participante, ou seja, ao responder o questionário, me fiz presente em conversar com eles, no sentido de buscar indícios que permitiram desenvolver a pesquisa. Para os jovens educandos, foi desenvolvido um questionário, com 14 questões abertas, o que equivaleria ao respondente expor informações condizentes com a sua realidade.

Logo, o questionário está dividido em questões pessoais para conhecer o educando, suas famílias e, questionamentos relacionados à Casa Familiar Rural, seus ensinamentos e contribuições, quanto à permanência no campo.

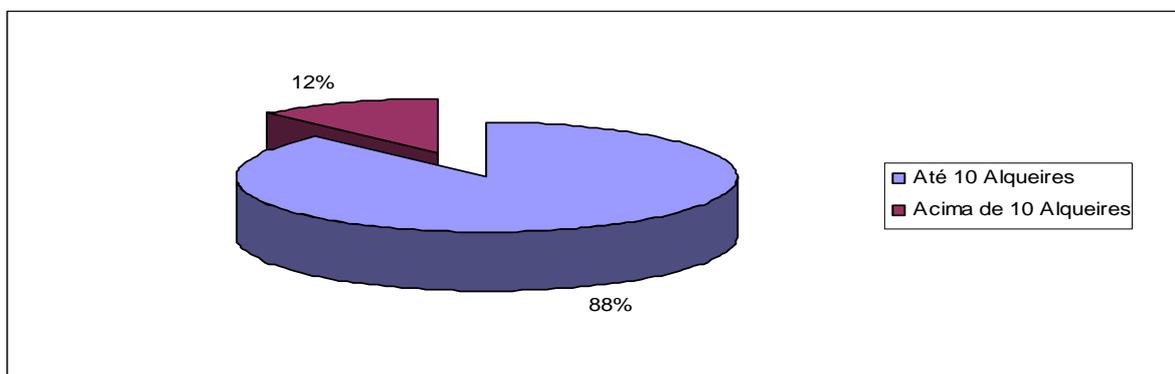
Dessa forma, apresento o questionário utilizado para entrevistar, conhecer os educandos, os agricultores familiares.

1. Nome, idade, endereço.
2. Qual o tamanho da propriedade de tua família?
3. Como é a mão-de-obra utilizada? Número de trabalhadores.
4. O que produzem na propriedade? Qual é a atividade principal, gado, lavoura ou agropecuária?
5. A produção é com fins de subsistência ou comercial?
6. Quem é o responsável pela propriedade?
7. O que mudou em tua vida depois que começou a freqüentar a Casa Familiar Rural?

8. O que você aprende na Casa Familiar Rural? Qual a contribuição do conhecimento adquirido?
9. Este conhecimento é aplicado na propriedade?
10. Quais atividades você desenvolve aqui e repassa na comunidade em que vive?
11. Qual a maior dificuldade enfrentada na atividade agropecuária?
12. A Casa Familiar Rural contribui para a propriedade rural. Quais requisitos são pertinentes?
13. O estudo na Casa Familiar Rural orienta você a permanecer no campo e a continuar com a atividade rural, a qual seus pais te ensinaram?
14. Hoje, você pensa em sair do campo e tentar a vida num centro urbano? . O estudo na Casa Familiar Rural orienta você a permanecer no campo e a continuar com a atividade rural, a qual seus pais te ensinaram?

Há uma forte tendência para a diversificação da propriedade, mesmo que seu tamanho varie até 10 alqueires. Dessa forma, está representado no gráfico.

**Gráfico 2:** Tamanho da propriedade



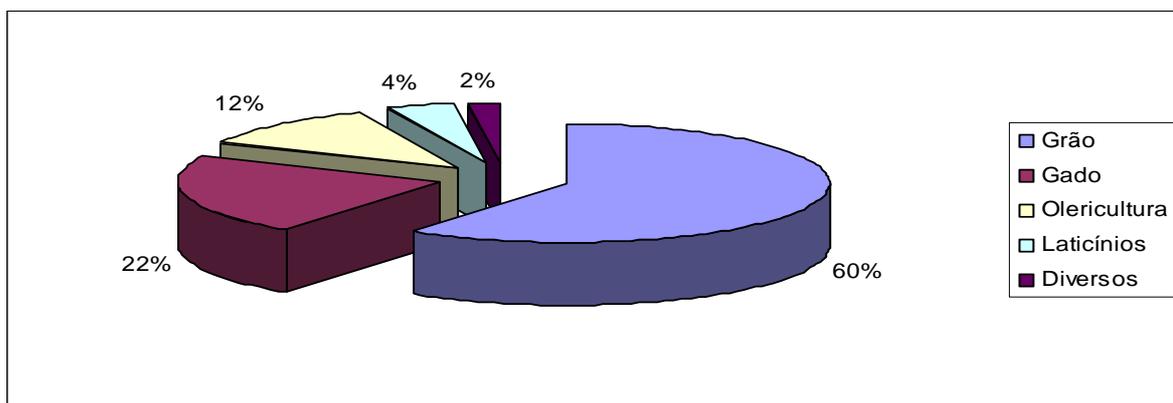
**Fonte:** dados da pesquisa

Relacionado ao questionamento sobre a mão-de-obra utilizada e número de trabalhadores, por se tratar de agricultores familiares, a mão-de-obra toda, é desempenhada pela família.

A atividade que é mais encontrada é a produção de grãos, principalmente a cultura do feijão e milho, alternada com gado e holericultura. O que se percebe, com o passar do tempo e com o aprendizado oriundo da Casa Familiar Rural, é que

muitos deles não cultivam as mesmas plantações todos os anos. Através da pesquisa, foi possível encontrar o que produzem e como estão dividido estes percentuais.

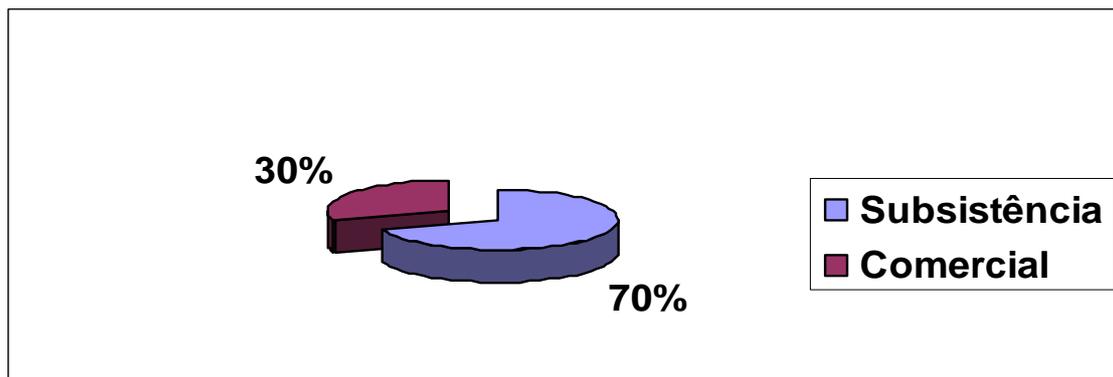
**Gráfico 3:** Produção / atividade desenvolvida



**Fonte:** dados da pesquisa

A produção se divide em comercial e de subsistência. Comercial se refere à comercialização da produção e subsistência, diz respeito à manutenção, consumo e sobrevivência.

**Gráfico 4:** Formas de produção

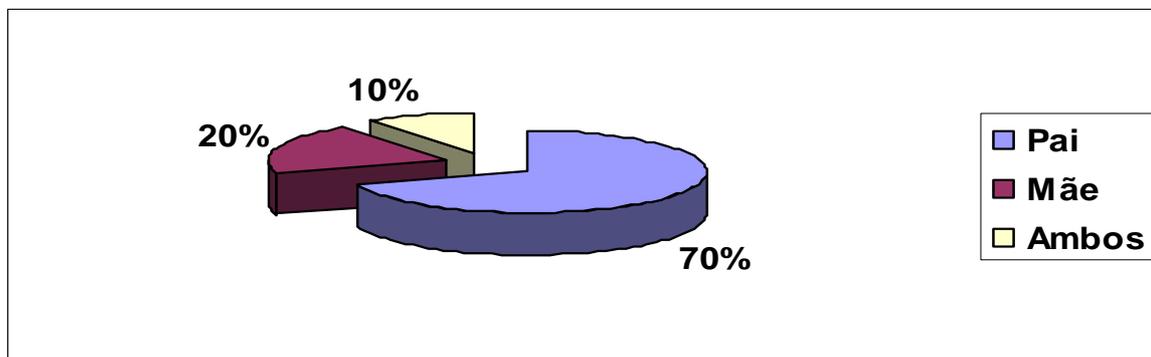


**Fonte:** dados da pesquisa

Quanto à responsabilidade pelas propriedades, é perceptível a diferenciação entre gênero. Os pais são os responsáveis pela propriedade e o número de pessoas que trabalham nestas propriedades gira em torno de 4 pessoas, compreendendo: pai, mãe e 2 filhos. Dessa forma, 20% das propriedades estão sob

a responsabilidade da mulher, 70% do homem, e apenas em 10% das propriedades, ambos são os responsáveis pela mesma.

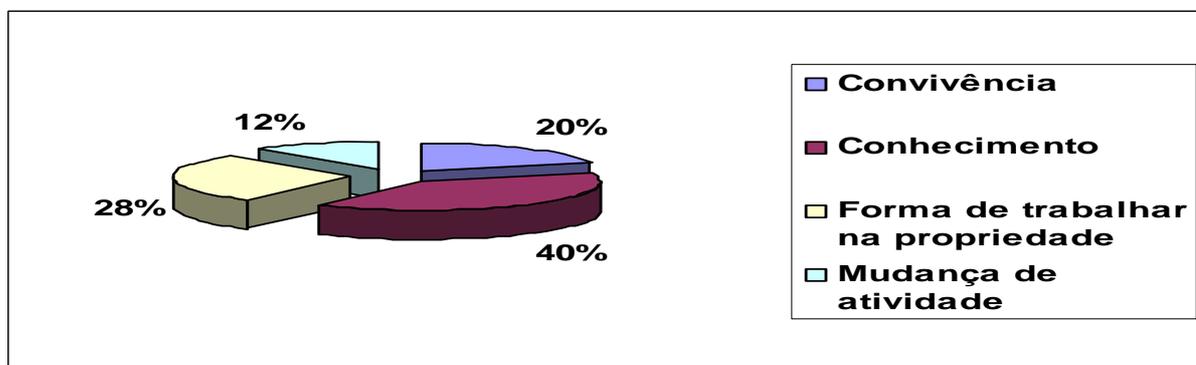
**Gráfico 5:** Responsabilidade pela propriedade



**Fonte:** dados da pesquisa

Com a finalidade de proporcionar condições de diferenciar o mundo, ao iniciar da frequência à Casa Familiar Rural, muitos deles, relataram que a forma de se expressar e de conviver em sociedade melhorou bastante. Para eles, o conhecimento adquirido com o estudo mudou em suas vidas pela aprendizagem de importantes elementos, os quais os transformam em pessoas capazes de se expressar de forma completa. Além do conhecimento obtido, o trabalho ficou mais fácil. Assim, está apresentado o que mudou na vida dos 34 jovens educandos.

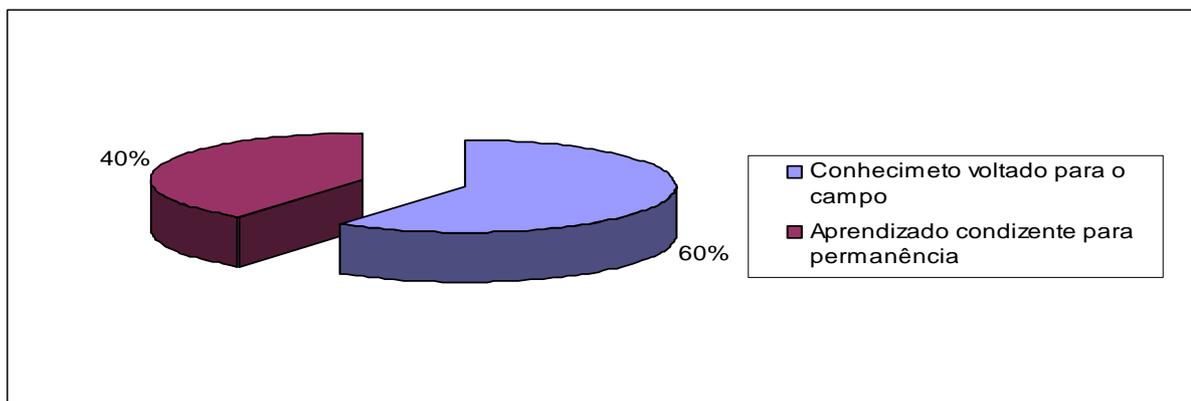
**Gráfico 6:** O que mudou na vida dos educandos



**Fonte:** dados da pesquisa

Todo o conhecimento adquirido é utilizado para desenvolver atividades voltadas para a agricultura. Com isso, a disposição do conhecimento se resume em:

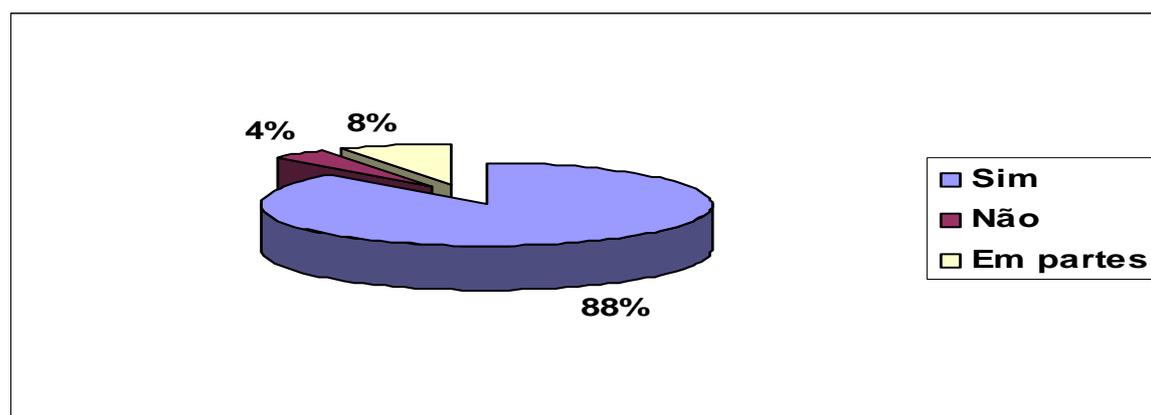
**Gráfico 7:** Contribuição do conhecimento adquirido



**Fonte:** dados da pesquisa

Dessa forma, convêm dizer que com o estudo, 88% do conhecimento é repassado para a propriedade, o que denota que o agricultor familiar, compreende um excelente disseminador de conhecimento.

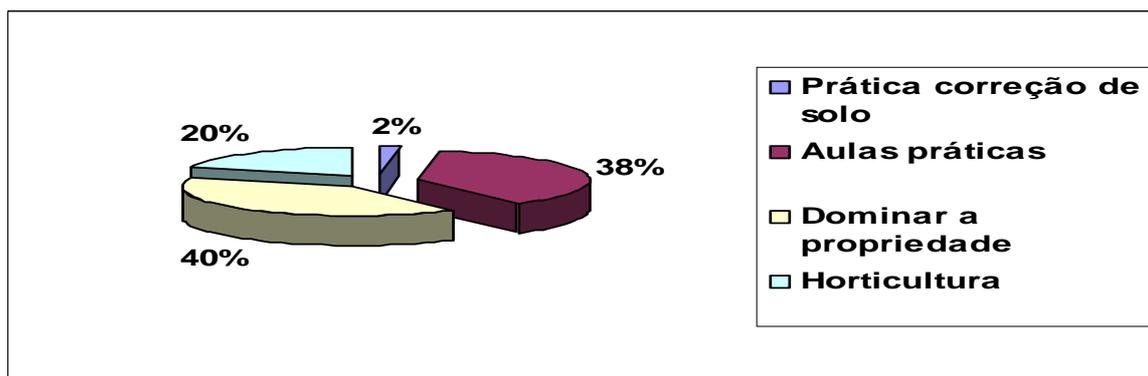
**Gráfico 8:** Conhecimento adquirido e aplicado



**Fonte:** dados da pesquisa

Através da pesquisa de campo, é possível afirmar que as atividades desenvolvidas, aprendidas pelos educandos, estão segmentada como segue:

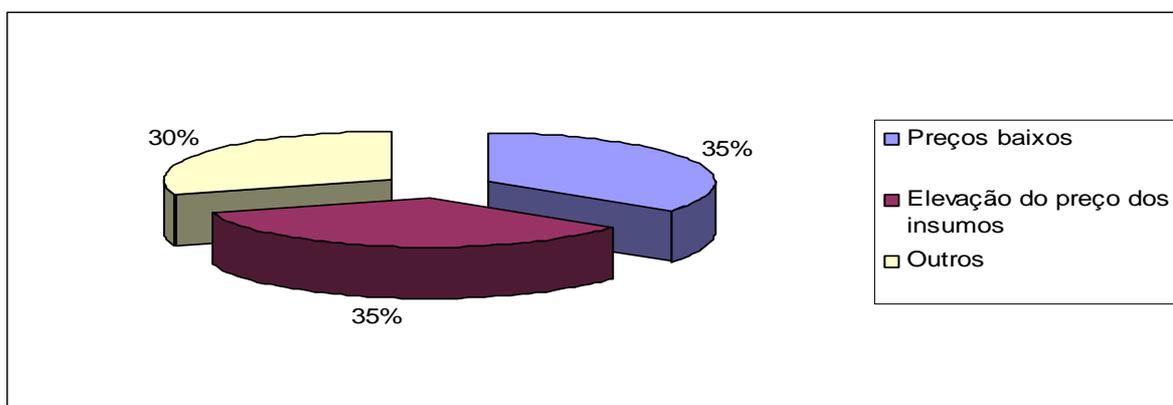
**Gráfico 9:** Atividades desenvolvidas



**Fonte:** dados da pesquisa

A maior dificuldade apresentada pelos entrevistados consiste em: 35% em preços baixos da produção, 35% nos elevados preços dos insumos e 30%, citaram outros desafios.

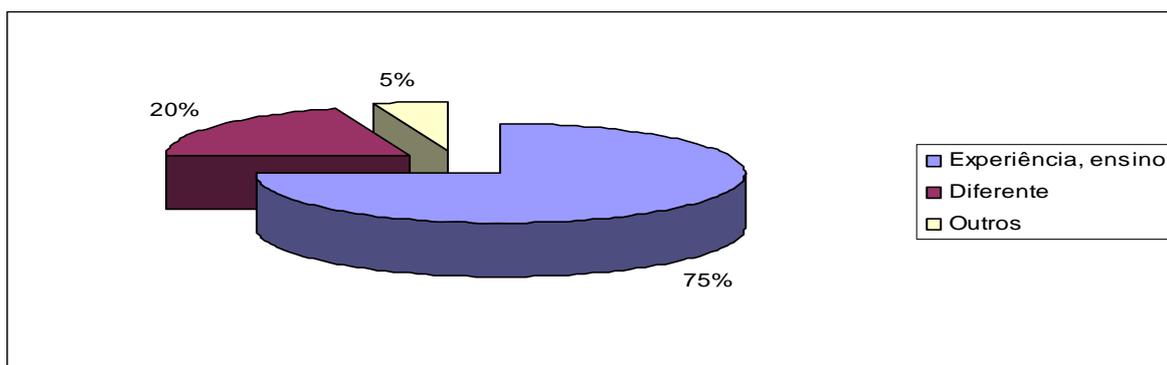
**Gráfico 10:** Maior dificuldade encontrada



**Fonte:** dados da pesquisa

A contribuição para a propriedade rural é apresentada como segue:

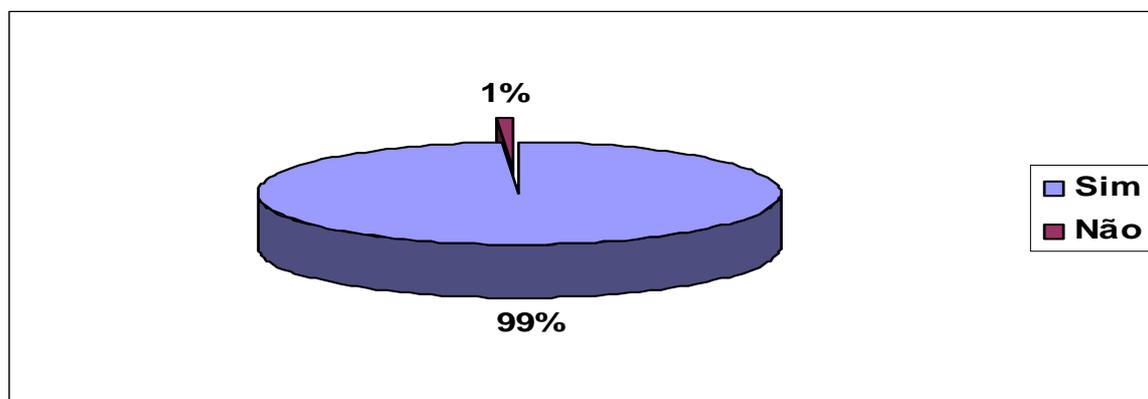
**Gráfico 11:** Contribuição e requisitos adquiridos



**Fonte:** dados da pesquisa

Com a análise, é possível afirmar que a permanência e qualificação constituem uma linha de ação importante. Exemplo disso é o que podemos observar nesta interpretação dos fatos:

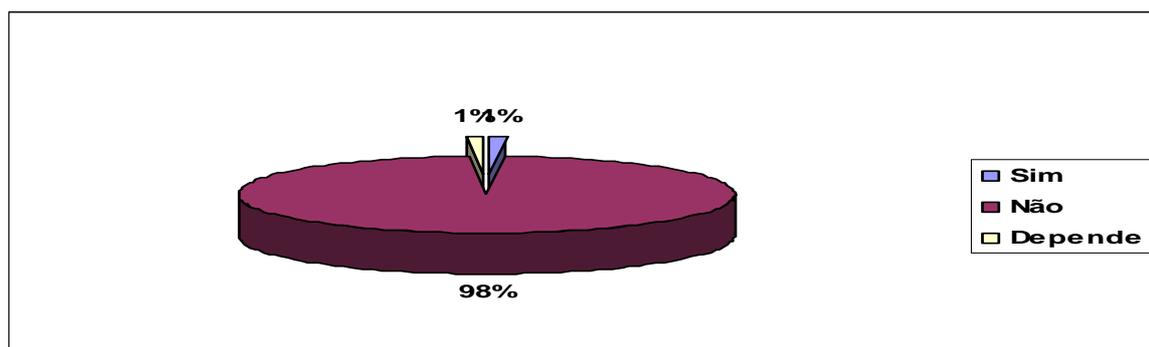
**Gráfico 12:** Estudo e qualificação orienta a permanecer no campo?



**Fonte:** dados da pesquisa

Embasados nos fatos e análise realizada, pode-se comprovar que a permanência está diretamente relacionada com a qualificação. Dessa maneira, 98%, pensam em não sair, ou seja, continuar na atividade. Apenas 1% disse que podem sair e outro 1% disse depender de algum fator para sair, entre eles, a oportunidade de conseguir um emprego na cidade.

**Gráfico 13:** Comprovação da permanência no campo



**Fonte:** dados da pesquisa

Mesmo os que expressam o desejo de tornarem-se agricultores como seus pais, encontram dificuldades inerentes às aspirações profissionais no campo, que limitam suas escolhas, seja com relação a terra ou a programas de incentivos à produção, impondo a busca de alternativas fora da agricultura, mas isto não significa um empecilho para continuidade da atividade.

Os educandos da Casa Familiar Rural, turma do ano 2009, relataram que o que mais influencia, são as oportunidades encontradas para estar qualificando-se. Exemplo disso é o fato do educando/a não deixar as atividades agrícolas para estudar, podendo conciliar estudo e trabalho. Dessa forma, a aplicabilidade do que se aprende é facilitado e todos de alguma forma estão familiarizados com as atividades na agricultura.

No período em que não estão na Casa Familiar Rural, os educandos estão junto à propriedade, desenvolvendo o que aprenderam e pondo em prática os conhecimentos recebidos. Ao frequentar a Casa Familiar Rural, o jovem passa a ter uma vida mais digna e com responsabilidades. Ao longo do tempo, eles trabalham na propriedade, ajudando suas famílias, seja em casa no serviço diário, com a plantação ou com o manejo de animais, gado, ovelhas e suínos.

Os educandos avaliam sua participação na Casa Familiar Rural como sendo bom para eles. Há tempo para estudar e não perdem tantos dias de serviço. Colocar em prática os conhecimentos aprendidos durante a semana significa abrir espaço para os pequenos agricultores e o estudo dessa forma, não prejudica o aprendizado e nem as atividades desempenhadas na propriedade. O que é aprendido na Casa

Familiar Rural facilita o enfrentamento da vida, de modo a alcançar uma qualificação justa e de qualidade.

A Casa Familiar Rural orienta aos educandos a permanecer no campo e continuar com a atividade, pois além de aprender no campo, com a prática, estão qualificados para serem empreendedores. Para muitos, é uma forma de buscar maneiras inovadoras para diversificar a propriedade e facilitar a entrada de novos conhecimentos e técnicas disponíveis para trabalhar em grupo e viver em comunidade.

Para a turma de 2009, além da agricultura tradicional, aprende-se sobre a agricultura sustentável, ou seja, uma prática do trabalho e natureza. Consiste num sistema produtivo que alia práticas de conservação e preservação, de manejo e respeito à natureza. Pelo meio de geração de renda no campo, todo o trabalho é feito pela mão-de-obra familiar.

Para o jovem agricultor, ou seja, para os 34 educandos de 2009, o estudo recebido na Casa Familiar Rural proporciona qualificação para permanecer no campo, pois com o aprendizado é possível viver, trabalhar e se manter, sem pensar em buscar alternativas de vida em um centro urbano. Para eles, continuar com a atividade rural é prosseguir com a simplicidade da família e evoluir para permanecer no campo com conhecimentos e qualidade de vida, praticando o que se aprendeu para melhorar a continuidade da atividade idealizada por seus pais.

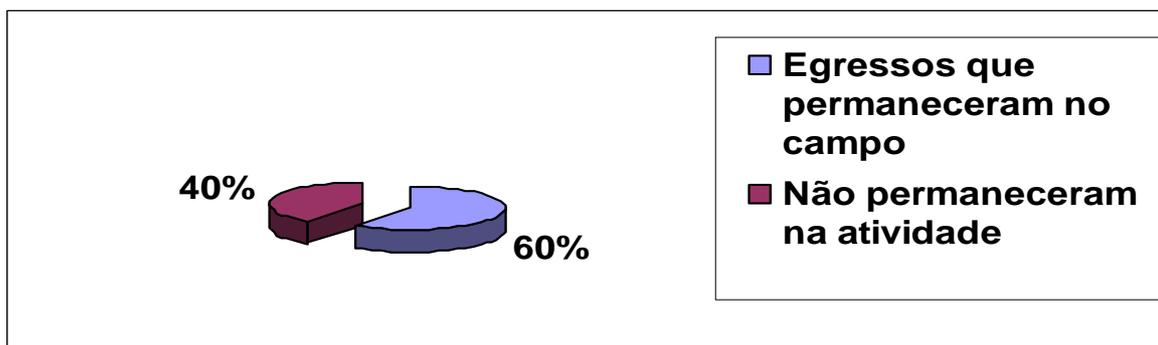
A Casa Familiar Rural é pontuada como um importante aliado para o desenvolvimento do jovem enquanto pessoa e também ao município. Para o jovem, sua família ou comunidade passa a ser um ponto de referência na difusão de conhecimento, isto é importante porque ele permanece em sua propriedade, administrando e trabalhando com entusiasmo.

Para os educandos, a principal característica definida para a questão da permanência no campo é o acesso a informações, ou seja, a qualificação, entre elas, a encontrada na Casa Familiar Rural.

No caso da pesquisa, foi obtido juntamente aos documentos e escritos da Casa Familiar Rural a relação de pessoas que frequentaram a Casa Familiar Rural, desde a sua implantação em 1995 até 2008, em que mostra que 60% dos egressos permaneceram no campo, ou seja, continuaram com a atividade que herdaram de

seus pais. Dessa forma, os 40% que não continuam na atividade estão na cidade trabalhando como empregados e muitos ainda mantêm o vínculo com a propriedade, o que não significa o total abandono do convívio com o campo. Eles continuam com a atividade em forma de proprietários, uma vez que herdaram a propriedade rural.

**Gráfico 14:** Proporção de egressos



**Fonte:** dados da pesquisa

A Casa Familiar Rural constitui um instrumento para viabilizar a permanência do jovem no campo. A influência que a Casa Familiar Rural proporciona aos jovens faz com que a qualificação para a atividade rural, apresente dados satisfatórios. Embora alguns tenham encontrado oportunidades longe do campo, muitos ainda possuem vínculo com o campo, através das famílias que permanecem, caracterizando o não abandono total do campo.

Com a criação do Programa de Resgate da Agricultura Familiar, denominado “Pró-Família 2000”, que prioriza a utilização da mão-de-obra formada na Casa Familiar Rural do Município, o programa modifica o perfil do agricultor da região, marcado pela baixa renda com pequenas áreas de terra e baixa fertilidade, devido ao uso excessivo do solo. Além de configurar instrumentos de trabalho com recursos limitados e difícil acesso ao crédito rural, está aliado ao baixo nível de capacitação, impedindo a utilização racional dos recursos disponíveis.

A Prefeitura e órgãos envolvidos com a agricultura auxiliaram na criação da Casa Familiar Rural, mas com a participação da comunidade, organizados, fizeram com que o jovem agricultor buscasse qualificação e permanecesse na propriedade,

orientando sua família a buscar melhor qualidade de vida. Com base em estudos sobre a Casa Familiar Rural, trata-se de uma escola diferenciada que se insere na comunidade para buscar o desenvolvimento global, formação de novas lideranças, envolvendo as famílias no aprendizado integral permanente, preparando as famílias a serem receptores de inovações tecnológicas e proporcionar ao jovem agricultor continuar ajudando sua família nas atividades do campo.

Para o município, esta experiência agrega valor a todos os que participam de alguma forma na vida egressa dessas pessoas, fazendo com que seja disseminada para toda a comunidade, ampliando a qualidade de vida desta população. Juntamente com entidades e parceiros, a Casa Familiar Rural de Cândói, exibe um objetivo a melhorar a vida daqueles que trabalham e vivem de suas atividades. Seja por meio de atividades técnicas ou educativas, seu trabalho se reserva a pequenos agricultores, aliados à necessidade da sustentabilidade e tecnologias adaptadas à realidade, para a conservação dos recursos naturais e humanos existentes no município.

Com o desenvolvimento de programas municipais e da Casa Familiar Rural, o agricultor familiar com pouca terra, sem acesso a crédito, baixo nível tecnológico, tem conseguido financiamento e subsídio para a produção de alimentos e aquisição de animais para a formação da cadeia produtiva do leite.

Com a participação do jovem agricultor na Casa, é possível desenvolver um projeto de implantação de hortas experimentais, pois com aulas práticas e teóricas, possibilitam a manutenção de suas propriedades. Através deste projeto de holericultura, a produção é ampliada, melhorando a condição de vida nesta propriedade e minimizando custos. Razão pelo qual um dos principais objetivos é assegurar ao jovem uma formação integral qualificando a permanência na atividade rural, evitando o êxodo rural. O conhecimento adquirido retorna à propriedade como fonte de renda através da aplicação técnica na Casa Familiar Rural.

A agricultura familiar no seu processo de transformação, não ocorre de um dia para outro. Leva um tempo para adaptação e principalmente para o preparo. Isso nos leva a falar sobre os jovens agricultores, os que frequentam a Casa Familiar Rural. São agricultores e todos pertencem à atividade rural, o que significa que estão 100% envolvidos na atividade.

Para esta pesquisa, os entrevistados estarão sendo identificados como entrevistado 1 até entrevistado 7, o que significa que não foram apenas estes que foram pesquisados, mas que apresentam características que merecem destaque. O universo, que compreende 34 alunos, significa que 100% responderam aos questionamentos.

**Entrevistado 1:** abordei-a da seguinte maneira: Porque participar da Casa Familiar Rural, é importante para você? Ela se identificou, tem 16 anos e mora em uma propriedade próxima à Casa Familiar Rural.

... estudar aqui, é uma escolha dos meus pais, a qualidade do ensino é bem diferente. Senti que ia mudar muita coisa em minha vida, e também em minha família e muito mais ainda na propriedade. Me interessei em estudar aqui, porque todo o conhecimento é voltado para a gente que já vive uma experiência no campo. Quanto ao estudo desenvolvido em outro tipo de escola, o professor chega na sala passa a matéria, explica, acaba o horário e vão embora, e não se preocupam se tu aprendeu ou não. Na CFR, eles entendem você, te conhecem, fazem visitas periódicas à tua propriedade, conversam com você a respeito de seus problemas... é muito mais que um colégio, é a segunda casa e aonde você, é membro dela.

Continuei a conversar com esta menina e percebi o quão importante é estar envolvida com o que gosta de fazer. Ela mora com a família em uma propriedade de apenas 2 alqueires e sua mãe é a responsável pela condução dos trabalhos na propriedade. Fazem alteradas culturas e produzem: mandioca, batata doce, alface, couve, rúcula, feijão e arroz. O trabalho todo é relacionado com a lavoura. A atividade em que ela participa é tanto do trato com a casa e principalmente com a lavoura. O conhecimento adquirido fez com que mudasse muita coisa em sua vida e também na propriedade, entre eles, aprendeu como se produz alimentos saudáveis, sem o uso de agrotóxicos, novas técnicas de como cuidar da terra e de tudo o que vive nela, ou seja, animais e plantas.

Para ela, o conhecimento é a única coisa que ninguém poderá tomar dela. Conta que aprende a trabalhar em grupo e também como permanecer no campo, com a atividade que seus pais já há tempos executam. A permanência é um assunto discutido e comentado, uma vez que ela pretende continuar no campo com a simplicidade da família, mas sempre evoluindo para melhor. O conhecimento

adquirido proporcionou qualificação e tudo o que aprendeu procura estar desenvolvendo na propriedade com o objetivo de colaborar para o melhor desempenho da atividade, a qual está inserida.

**Entrevistado 2:** Ao se identificar, relatou-me que está com 14 anos, mora na localidade de Passo Grande com os pais em uma propriedade de 3 alqueires, onde produzem feijão e milho e o trabalho é feito por todos da família.

... eu ajudo na roça. Depois que comecei a estudar aqui, eu não sabia muita coisa, uma que meus pais, pouco conhecimento tem, mas aprendi a fazer uma bandeja de verduras e agora sei como preparar a terra para outras hortaliças e outras culturas. Hoje, eu jamais penso em sair do campo, porque estou capacitado, qualificado para desenvolver a atividade de agricultor da melhor forma possível. Aprendi coisas que nem meus pais sabiam. Permanecer no campo, e a atividade que desenvolvo aqui, tenho certeza, sou capacitado para isso.

O entrevistado 2 afirma que permanecer no campo é a atividade que está capacitado para desenvolver. Logo, para permanecer é necessário continuar a buscar qualificação para melhor desempenhar a atividade.

**Entrevistado 3:** Um rapaz de 16 anos, mora na localidade de Barra Mansa, diz o seguinte:

... eu queria ter mais conhecimentos sobre o campo e a idéia da minha mãe, me deixou curioso para saber mais sobre esta forma de capacitação para a atividade do campo. Através do conhecimento técnico adquirido aqui, posso estar me qualificando para o desempenho da atividade da agricultura com mais entusiasmo. Moramos em uma propriedade de 7 alqueires. Plantamos, milho, feijão, soja, mandioca e batata. A principal atividade é a produção de grãos e a mão de obra é da família, compreendida por 3 pessoas, eu, meu pai e minha mãe. Sempre plantamos as mesmas coisas. Meu pai é o responsável pela manutenção da propriedade, e eu ajudo na roça. Desde que eu comecei a estudar na Casa, descobri coisas incríveis. Aprendi a me expressar, conviver com as pessoas e principalmente a buscar a permanência no campo, para a continuidade da atividade à qual meus pais me ensinaram. Agora estou buscando conhecimentos para saber lidar com a terra, e estou aplicando em minha propriedade o que aprendo aqui. Meus pais são bem flexíveis nesta questão. O que eu aprendo, eles colocam em prática. Aprendi a ser empreendedor, ou seja, fazer uma boa horta e entrar para a área da horticultura, com a finalidade de produzir para comercialização das mesmas. Ainda, pretendo continuar com a produção de grãos.

Para ele, o fato de estar se capacitando e se qualificando para a atividade rural, é um passo importante para sobreviver e viver. Uma vez que, a propriedade que hoje pertence a seus pais, em breve será sua.

**Entrevistado 4:** Um menino de 14 anos, residente na localidade de Passo Grande. Para ele, a idéia de sua mãe de estudar na Casa Familiar Rural foi uma maravilha. Além de se tornar um cidadão mais apto para as coisas do dia a dia, ele aprendeu muita coisa nova sobre a agricultura e suas práticas. Para ele,

... moramos em uma propriedade de 10 alqueires, produzimos grãos, gado e lavoura. Toda a atividade é realizada pela mão de obra da família e plantamos variadas culturas. Sendo o responsável direto pela propriedade, o meu pai, eu ajudo nos serviços diários da roça. Ajudo tirar leite, plantar e colher. Depois que comecei a freqüentar a CFR, minha vida melhorou, o trabalho ficou mais fácil, e quando há aulas práticas, aprendo sobre como realizar determinado processo e procuro trazer para a propriedade.

Dessa forma, para ele, o fato da permanência no campo, corresponde à continuidade da atividade. Irá continuar, pois com a capacitação e qualificação aprendidos, sabe que proporciona novas maneiras de trabalhar na propriedade. Conclui dizendo que “ a gente aprende muito para ajudar na unidade de produção e vida familiar”.

**Entrevistado 5:** Para este jovem agricultor de 16 anos, que mora na localidade de São Pedro, o estudo, enquanto forma de qualificação para a atividade rural, é muito importante, pois aprende mais sobre a agricultura.

... temos 11 alqueires de terra, onde produzimos uma série de coisas. Leite, carne, hortaliças, lavoura e praticamos a criação de gado. Temos uma diversificação em nossa propriedade, pois sei que é importante diversificar, investir em outras coisas, pois ficar apenas em uma coisa, não dá, Toda a mão de obra é da família, sendo a responsabilidade da propriedade para os meus pais, eu ajudo a família, nas atividades da propriedade. Vou na roça, procuro implantar o que aprendi, a fim de facilitar o trabalho da roça. Minha vida mudou bastante, aprendi a dominar uma propriedade, um rebanho, bem como fazer o melhoramento da lavoura. Encontrei formas novas de fazer a mesma coisa. Aprendi a como cuidar de uma horta, lavoura e gado. Para mim, permanecer no campo, é assunto decidido. Não quero nunca deixar a vida que eu levo aqui, apenas quero estar me qualificando e capacitando para desenvolver a atividade herdada de meus pais.

Para ele, o processo de aprendizagem, não se encerra quando terminar seus estudos na Casa Familiar Rural é apenas um começo para estar se qualificando para a atividade. Pensa em continuar, investindo em cursos técnicos, que facilita a busca por uma melhor qualidade de vida no campo.

**Entrevistado 6:** Tem 18 anos e mora na localidade de Passo Grande. Toda a sua vida foi direcionada a desenvolver a atividade na roça. Foi para a Casa Familiar Rural com o objetivo de buscar influência para continuar no campo. E relata que todo o ensino é direcionado para a atividade do campo, pois vive na prática, o que aprende na teoria.

... Moro com minha família em 3 alqueires, na qual, nos dedicamos à atividade de horticultura, onde toda a mão de obra utilizada é proveniente da nossa família. Aprendemos a fazer esse tipo de atividade e continuamos com a mesma, não buscamos diversificar com outras culturas. Minha família é a responsável pelas atividades, na qual eu ajudo, trabalhando diariamente na atividade da roça. Mudou muita coisa em minha vida desde que comecei a estudar na CFR. Passei a ter mais conhecimento do que meus pais, o que me deixa tranquilo, pois não sofro interferência deles, quanto às práticas que desenvolvo na propriedade. Dessa forma, todo o conhecimento que eu aprendo, principalmente ligado à horticultura, levo para a minha família e procuro investir em novos conhecimentos sobre a atividade. Para mim, permanecer no campo é uma coisa que está no sangue. Ficarei, pois, ao finalizar meus estudos, tenho certeza que poderei aplicá-los tanto pessoal como na comunidade a qual faço parte.

Para este jovem agricultor, o fato de permanecer significa que está apto, está em constante aprendizado. Ele diz que tudo o que aprende tem a ver com a vida no campo e principalmente com a agricultura. Quer continuar no campo, pois está qualificado e capacitado para tal atividade e sempre que puder buscar conhecimento capaz de torná-lo um homem diferente, sempre levando a atividade do campo como uma forma de vida e também como experiências futuras.

**Entrevistado 7:** Residente da localidade de Santa Marta, 16 anos, e com uma propriedade de 5 alqueires para trabalhar e viver, isso fez com que este jovem agricultor buscasse a qualificação para a atividade.

... como falei, nossa propriedade possui 5 alqueires, a qual é conduzida por minha família. Não temos o costume de ter várias coisas ao mesmo tempo. Trabalhamos com a horticultura e a mão de obra é toda da família. Eu trabalho na roça, ajudo na plantação e também, na colheita. Enfim, ajudo em tudo. Com a frequência à Casa Familiar Rural, minha vida mudou por inteiro, pois tudo o que eu faço, fica melhor. Com o aprendizado aliado ao campo, através das atividades sobre manejo, cultura, cultivo e preparo de solo, posso hoje, dizer que sou capacitado e qualificado para exercer a atividade sem nenhum receio.

Com o relato do entrevistado, o estudo favorece a permanência no campo, uma vez que o conhecimento é a base de um desenvolver de atividades repassadas pelos pais, mas de forma a facilitar o desempenho que a propriedade merece. Dessa forma, para ele, a permanência é o início de uma nova fase no campo, pois com o conhecimento adquirido faz com que o jovem agricultor tenha a certeza daquilo que quer para sua vida, ou seja, permanecer no campo requer estar sempre em busca de oportunidades que possam ser aproveitadas para o melhor desempenho no meio rural.

De acordo com as informações colhidas junto aos educandos, pode-se comprovar que a qualificação é um meio de permanecer no campo.

Com a pesquisa, verificou-se que todas as famílias, num universo composto de 34 educandos, desenvolvem mais de três atividades em suas propriedades, resultando na preocupação familiar em diversificar suas atividades para garantir sua subsistência. Eles produzem para sua subsistência, prevalecendo a diversificação das atividades nestas propriedades.

Todas as famílias concordam que a formação do jovem na Casa Familiar Rural contribui para a diversificação, pois durante esta análise, nas propriedades dessas famílias houve a implantação de novas atividades a partir da formação do jovem agricultor. Ao implantar estas novas atividades, houve geração de receitas, uma vez que contribui de forma significativa para a sustentabilidade econômica das famílias.

## 5.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM AS FAMÍLIAS

A família não deve ser entendida tão-somente como um grupo estruturado, segundo as condições históricas e culturais que o cercam, Carneiro (2005, p. 23). Faz-se necessário também considerar o conjunto de valores que orientam e dão sentido às práticas sociais no interior da família, já que ela agrega indivíduos através de uma rede de relações que inclui, como toda relação social, uma parte ideal, de pensamento ou de representação.

Há uma preocupação com o futuro dos jovens agricultores. A construção desses sujeitos sociais, embora obedeça a percursos específicos, conta pontos em comum como a visibilidade dessa identidade construída não apenas no campo da investigação científica, mas na mudança de relação e de posturas dos sujeitos e na construção de direitos sociais.

A família é o fundamento da sociedade rural, por isso, a unidade familiar é tida como agente integrador no interior dos estabelecimentos agropecuários, que fortalece as relações familiares por articular e estruturar a identificação das transformações e mudanças sofridas no campo ao longo do tempo. A idéia de buscar este tipo de qualificação para os filhos emerge dos pais, que não tiveram a mesma condição enquanto jovem. Para eles, qualificar os filhos significa buscar conhecimentos novos sobre a agricultura e saber que o jovem está aprendendo técnicas para facilitar a continuidade da atividade no campo, bem como influenciar na permanência do jovem no campo.

O trabalho é dividido entre todos os membros da família e as decisões são tomadas em conjunto entre pais e filhos. Para eles, o que mais influenciou na escolha do estudo na Casa Familiar Rural foi à ênfase dada aos assuntos relacionados com o campo. Vivenciar o dia-a-dia de uma propriedade faz parte da rotina desses alunos.

Para o estudo, relacionado às famílias, participaram da pesquisa, pai, mãe ou ambos. Em cada situação, pode-se afirmar que há uma preocupação latente entre a qualificação para a atividade rural e a permanência do jovem agricultor no campo, o que possibilita aos pais assumirem a responsabilidade de deixar com que os filhos participem da Casa Familiar Rural. Para isso, foi pertinente desenvolver

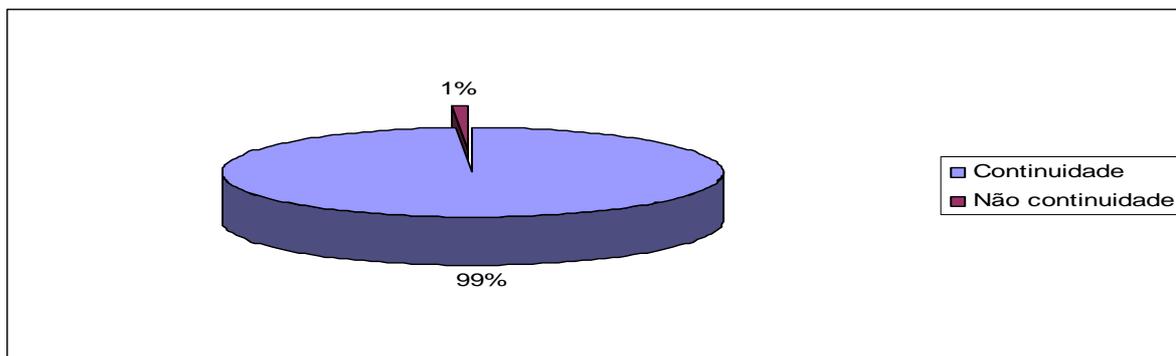
uma forma de questionário que pudesse mostrar a realidade a qual presenciam no dia a dia. Portanto, os questionamentos estão divididos em: identificação dos pais, número de filhos e localidade onde residem. A segunda parte que integra a pesquisa são os quesitos pertinentes ao tamanho da propriedade, as atividades desenvolvidas e o tipo de mão de obra utilizada.

Dessa forma, foi possível encontrar elementos importantes para a realização do trabalho. E finalizando, a última parte dos questionamentos, os itens ligados à Casa Familiar Rural, são a contribuição para a propriedade, a importância para a permanência do agricultor familiar no campo e a apresentação da maior dificuldade enfrentada na atividade. Tanto para os educandos como para as famílias, há questões semelhantes. Convém dizer que, no caso das famílias, não houve a necessidade de se tabular os dados, uma vez que fiz a transcrição das entrevistas, como segue. Para isso, como identificação, consta apenas como entrevista do 1 ao 14.

1. Identificação.
2. Idade e número de filhos que freqüentam a Casa Familiar Rural.
3. Localidade onde mora.
4. Qual o tamanho da propriedade em hectares ou alqueires?
5. Qual a atividade desenvolvida?
6. Qual o tipo da mão-de-obra utilizada na propriedade rural?
7. De que forma você conheceu a Casa Familiar Rural? O que chamou a atenção para matricular seu filho neste estabelecimento de ensino?
8. Qual a contribuição da Casa Familiar Rural para a sua propriedade rural?
9. Qual a importância deste tipo de escola para a agricultura e permanência no campo?
10. Qual a maior dificuldade enfrentada na atividade?

Para os pais, a importância desse tipo de escola é revelada como segue. Para 99% dos pais, a continuidade é essencial, pois além de continuar com a atividade, é possível estar atuando e competindo de forma igualitária.

**Gráfico 15:** Expressão da continuidade e não continuidade



**Fonte:** dados da pesquisa

Para os agricultores familiares entrevistados, os pais dos jovens, a contribuição da Casa Familiar Rural é proporcionar conhecimentos e técnicas que ajudam a obter uma maior produtividade, pois na maioria dos casos, a produção é para fins de subsistência, devido ao tamanho das propriedades e todos possuem mão-de-obra familiar. Pode-se perceber que em algumas propriedades a produção é realizada de forma comercial, ou seja, produção de leite, horticultura e grãos, feijão e milho.

Para desenvolver a pesquisa, foram realizadas visitas à Casa Familiar Rural, no sentido de angariar informações, referentes à questão da permanência no campo, bem como à qualificação. Em um primeiro momento, estive envolvida em uma reunião no dia 11 de dezembro de 2009, às 9:00 horas da manhã. Estiveram presentes: diretoria, professores, educandos e pais. Foi nesta reunião, que consegui realizar entrevistas com 14 pais. Para continuidade das entrevistas com os educandos, foi necessário dirigir-me à Casa Familiar Rural outras 4 vezes.

Dado o início da reunião, me posicionei juntamente com os pais e educandos, para saber como são desenvolvidos os trabalhos para o crescimento pessoal, intelectual e profissional dos mesmos. Dessa forma, após terem sido iniciados os assuntos em pauta da reunião e, também, decorrido o tempo para discussão dos assuntos entre a Casa Familiar Rural, educandos e pais, fui

apresentada à todos, no sentido de buscar informações referentes ao estudo em questão. Primeiramente, expliquei o motivo de estar ali, falei sobre a importância da busca pelo conhecimento e, em seguida, procedi ao processo de entrevistas. Entreguei os questionários para cada um deles e, após o preenchimento dos mesmos, estive conversando com os pais, para obter mais informações, sobre os questionamentos existentes.

Para início, busquei saber os nomes dos pais, o número de filhos e idade dos mesmos, bem como a localidade onde moram. Com isso, dos 14 entrevistados, seja pai ou mãe, cada um deles, será identificado como entrevistado de 1 a 14, sem fazer uso dos nomes dos pesquisados. Então, farei a transcrição das entrevistas, como segue.

**Entrevistado 1:** Ao se identificar, a mãe de um educando de 16 anos, residente na localidade de Santa Marta, possui uma propriedade, equivalente a 7 alqueires de terra, em que desenvolve a atividade rural, com a finalidade da produção de subsistência e também comercial. Toda a mão de obra utilizada é a da família, isto é, todos estão envolvidos na atividade, seja ela qual for. Para ela, o fato de seu filho freqüentar a Casa Familiar Rural, proporcionou conhecimentos, os quais ela desconhecia para estar executando na propriedade. A importância deste tipo de escola é o favorecimento da continuidade da atividade desenvolvida, pois além dos conhecimentos adquiridos, o jovem se descobre para a vida, o que resulta no amadurecimento do mesmo, enquanto pessoa.

**Entrevistado 2:** A mãe de 2 educandas, uma com 17 e a outra com 14, buscou na Casa Familiar Rural, uma nova forma de educação para as mesmas. Residente na localidade de Rio da Lage, tem uma propriedade de 10 alqueires, na qual desenvolvem a atividade tanto de subsistência como comercial. Dessa forma, ao estar realizando esta atividade, é utilizada toda a mão de obra da família. O que a levou a matricular suas filhas na Casa Familiar Rural foi a diferença na questão do ensino. Uma vez que na Casa, elas aprendem coisas que ao ver de sua mãe, não aprenderiam em outro tipo de escola. Tudo o que aprendem, levam para a propriedade e aplicam de forma a facilitar a continuidade da atividade. A mãe, ao relatar sua satisfação com o ensino que as filhas recebem, foi categórica ao dizer que na comunidade em que mora, todo o conhecimento aprendido é usado para aumentar a condição da atividade e principalmente a permanência no campo. Esta

mãe, considera importante a condição de alternância, sendo 1 semana na Casa e outra na propriedade, o que faz com que os conceitos aprendidos, sejam colocados em prática, favorecendo a atividade e o que permite às filhas decidirem pela permanência no campo.

**Entrevistado 3:** Mãe de uma menina de 16 anos, considera importante o estudo, uma vez que todo o conhecimento recebido, faz com que haja, o crescimento da produção, bem como o rendimento da família, sem dispor de recursos para aquisição de produtos. Possui uma propriedade de 3 alqueires, na qual produz vários tipos de produtos, sendo apenas para consumo familiar. Na propriedade, todos da família trabalham, de forma rudimentar, usando enxada, plantadeira de mão, foice e também fazem uso ainda da queimada. Para esta mãe, o que levou a matricular a filha na Casa Familiar Rural foi à influência de um vizinho que comentou com ela e os filhos sobre as coisas que aprendiam e principalmente sobre o trabalho que fazem na propriedade. Dessa forma, a Casa Familiar Rural é um incentivo para a permanência do jovem no campo, bem como o aprendizado, repartido com os pais. Para ela, as visitas realizadas, ajudam a produzir mais e aprendem como diversificar a propriedade.

Quanto à questão da permanência, este tipo de escola é importante, para a entrevistada, porque é possível fazerem jovens verem que na cidade tudo é cheio de veneno e não sabe a procedência do que consomem. Com o incentivo da permanência na propriedade, faz com que conheçam o alimento que consomem e ajudam a cuidar da terra. A maior dificuldade que o agricultor familiar enfrenta é o baixo valor pago ao que é produzido na propriedade e, também, constitui um agravante, as condições climáticas, o que dificulta a retirada do que é produzido, devido ao excesso de chuvas, o que danifica as estradas.

**Entrevistado 4:** Para a mãe de um menino de 14 anos, moram em um assentamento irregular, sem terra, sem porção de terra definida, depende das invasões para poder ter um pedaço de chão, para viver. Hoje, vivem da plantação de verduras, onde é utilizada toda a mão de obra da família. Para ela: a Casa me chamou a atenção por causa do estudo diferenciado, pois não quero para o meu filho a mesma condição de vida que eu levei. Para nós, a maior contribuição da CFR, é aprendizagem prática que nossos filhos encontram. Entre elas, a adubação do solo, como fazer a retirada de solo para análise, bem como aprendem a cuidar

dos rios e dos animais. Relacionado à condição da permanência no campo, a formação e capacitação, faz com que nossos filhos vejam a importância para continuar na atividade.

A maior dificuldade encontrada, por esta família, é o acesso e também a colocação dos produtos no mercado consumidor, uma vez que os produtos provenientes como verduras, dependem do clima, quando há alteração, tudo se torna mais difícil, prejudicando o fornecimento de produtos de primeira qualidade, o que faz com que o mercado consumidor, rejeite esta parcela de produtos, dificultando a vida dos produtores.

**Entrevistado 5:** Tem um filho de 18 anos que frequenta a Casa. Mora na localidade de Passo Grande, possui o mínimo de terra para sobreviver, apenas 1 alqueire de terra. A atividade é a produção de verduras e a mão de obra usada é a familiar. O fato de o filho estudar na Casa Familiar Rural ajuda, pois os professores passam para os filhos que o estudo contribui para novos conhecimentos e principalmente a permanência no campo.

**Entrevistado 6:** Possui um filho de 16 anos, que está participando na Casa Familiar Rural, no sistema de alternância, ou seja, uma semana na Casa e outra na propriedade. Mora na localidade de São Pedro, onde o acesso é bom. Têm uma propriedade de 11 alqueires, onde produzem leite, grãos, feijão, milho e hortaliças. Toda a família trabalha na roça. O que fez com que matriculasse o filho na Casa foi o contato com outras pessoas da comunidade que já participaram da mesma e o fato do conhecimento aprendido ajuda e influencia para a permanência no campo. Não quer que o filho saia da propriedade para tentar uma nova vida fora da atividade a qual já estão há algum tempo.

Na propriedade, colocam em prática todo o conhecimento aprendido, isto é, as novas técnicas de plantio, as formas de se fazer uma plantação de verduras e, também, a forma de se lidar com o gado. A maior dificuldade que enfrentam é a desvalorização do que é produzido, ou seja, o preço baixo pago pela produção, verduras ou leite.

**Entrevistado 7:** Tem um filho com 16 anos que estuda na Casa Familiar Rural. Mora no meio rural de Candói, são assentados sem terra. O entrevistado afirma que não têm terra, nem pode dizer que é proprietário, mas a família trabalha o

cultivo de hortaliças para comercialização no centro urbano. O filho mais velho conheceu a Casa e avisou para matricular o mais novo, uma vez que favorece a permanência do agricultor no meio rural. A contribuição para os agricultores é que os jovens aprendem lá e repassam para a família, fazem o que eles ensinam, pois com a formação, a capacitação do jovem para permanecer no campo, faz com que ele não tenha necessidade de sair da propriedade.

Embora a maior dificuldade seja no acesso produção-mercado consumidor isso não impede que ele continue a trabalhar na atividade a qual os pais ensinaram. Afirma que com toda certeza que ele passar pela Casa Familiar Rural trouxe uma nova forma de ver a agricultura familiar. Para ele, que se diz humilde, sem estudo, esta forma de qualificação, capacita aos filhos passar o que aprenderam e principalmente a permanecer no campo e a não ir embora tentar outra vida na cidade.

**Entrevistado 8:** Apresenta que para o filho de 14 anos frequentar a Casa Familiar Rural é motivo de orgulho, uma vez que meus seus não tiveram condições para que ele estudasse e nessa época nem existia este tipo de escola. Mora em Passo Grande, sua propriedade é de 2 alqueires, nela produz milho e feijão para ser comercializado. Já no caso das hortaliças, há um misto de destinação das mesmas, tanto comercial como para subsistência. Toda a família participa dos trabalhos realizados na propriedade. O estudo aprendido é levado para a propriedade e juntos trocam informações, pois permite que tudo o que é aprendido seja implantado em sua propriedade.

A principal contribuição da Casa, para ele, é a oportunidade de estarem sempre juntos, professores, educandos e família, pois todo conhecimento trazido é aproveitado. É o caso das hortaliças, em que não usam veneno para combater as pragas, usam uma mistura de água com fumo ralado, que deixam de molho, de um dia para outro e usam esta mistura para acabar com os bichinhos existentes na plantação de tomates.

**Entrevistado 9:** Tem uma filha com 15 anos e esta participa da Casa Familiar Rural. Moram na localidade de São João e tem para viver uma propriedade de 3 alqueires. A atividade desenvolvida é a produção de fumo, grãos, milho, feijão e, também, bovinos. A mão de obra é toda da família e sua filha conheceu a Casa e ficou interessada em ter mais conhecimentos para desenvolver a atividade rural,

bem como aplicar na propriedade. Através do conhecimento recebido, ajuda na formação e principalmente na busca de sua própria identidade. Tudo o que é aprendido, é utilizado, pois o conhecimento técnico é implantado na unidade de produção.

Na opinião do entrevistado, para que o jovem tenha o desejo de permanecer na propriedade, é necessário que tenha condições de saber a diferença entre ficar e partir. Dessa forma, se sair, saberá quais serão as dificuldades e se permanecer, quais os benefícios. Benefícios se darão na forma de trabalho, uma vez que ser agricultor familiar é ser patrão e empregado.

**Entrevistado 10:** Mora na localidade de Passo Grande e seu filho de 14 anos faz parte desta forma de estudo. São agricultores familiares e possuem uma área de 10 alqueires. Produzem grãos e criam gado para venda comercial. Mesmo com a mão de obra da família, é preciso buscar conhecimento para poder galgar uma nova forma de ver a agricultura. Para que o filho dele manifestasse o desejo de estudar na Casa Familiar Rural, foi necessário que um representante do estabelecimento fosse até o outro colégio, o de ensino normal, e fizesse propaganda do mesmo. Então, ele quis experimentar, gostou tanto que até hoje ele agradece por estar na Casa Familiar Rural.

Para ele, a maior contribuição é o incentivo a permanecer no campo, assim como ocorre. Juntamente com o estudo prático, o conhecimento teórico, é usado no sentido de oferecer uma nova visão do que é a agricultura familiar. Para ele, o que aprendem repassam de forma a criar em um desejo de por em prática tudo o que eles falam. O entrevistado reforça que para permanecer no campo é preciso buscar qualificação e capacitação para atividade, pois a permanência é a fonte segura para uma vida de grandes realizações, o que ele não teve condições de fazer enquanto jovem, seu filho agora está aproveitando, que é se qualificar para a continuidade da atividade rural.

**Entrevistado 11:** Tem um filho que estuda na Casa Familiar Rural, com 16 anos e não quer nunca deixar a propriedade. Mora na localidade de Barra Mansa, tem 7 alqueires de terra, onde produz grãos, feijão e milho. Toda a mão de obra é familiar. O entrevistado afirma que se não fosse o próprio filho buscar conhecimentos na área rural, dificilmente estariam ali. Na verdade, quem conheceu a Casa, foi seu filho e decidiu estudar lá, para obter mais conhecimentos sobre o

meio rural. Dessa forma, o conhecimento adquirido, fez com todos se preocupassem em dar condições de estudo, no qual, a Casa é uma plataforma de conhecimentos. Com o intuito de buscar conhecimentos, além do conteúdo aprendido em sala de aula, com as orientações práticas, através da Associação, é possível fazer uso de horas-máquina para desenvolvimento da atividade.

Para a permanência no campo, a Casa Familiar Rural proporciona conhecimentos que, aliados à prática, favorecem a continuidade da atividade. Entre eles, é destacado o destino das verduras, que quando não são consumidas a tempo, fazem com que elas se transformem em adubo orgânico, o mesmo acontece com as frutas que não são aproveitadas, viram adubo, assim, a terra fica fofinha e produz mais.

Para ele, a maior dificuldade encontrada é a forma de ver os preços dos produtos agrícolas. Quando não há produção, os preços estão bons, estão em alta. Quando é safra e eles precisam de recursos, vendem o produto por um preço bem baixinho. Exemplo disso é o preço do feijão. Também, não pôde deixar de falar no leite, afirmando que os preços estão muito defasados e em compensação, os insumos, quando vão comprar, o preço está bem diferente de um dia para outro, o que não acontece com o produto, que têm para vender.

**Entrevistado 12:** Seu filho de 17 anos estuda na Casa Familiar Rural e se diz realizado, pois com o estudo é possível estar se qualificando para dar continuidade no trabalho, o qual os pais o ensinaram.

Moram na localidade de Três Palmeiras, têm 8 alqueires de terra e produzem de tudo um pouco. Exemplo disso é a plantação de verão, ou seja, nesta época, o que prevalece é o feijão. Trabalham em família, desde o preparo do café da manhã e o tirar do leite compete às mulheres da casa. Todo o trabalho é feito de acordo com o que todos acham que é o melhor. A produção é de forma comercial, pois não há como plantar feijão e ser apenas para consumo próprio.

Para o entrevistado, a Casa Familiar Rural é uma entidade que chegou para dar suporte ao homem do campo, pois através dos conhecimentos adquiridos, seu filho traz para a propriedade em forma de novidades, o que acaba por despertar na nele um desejo de implantar. O conhecimento, que se dá na forma de alternância, é

fácil de entender. Uma semana na propriedade e uma semana internado, proporciona uma forma de crescimento pessoal, intelectual e profissional.

A contribuição da Casa para ele é que ela através das atividades que os alunos têm de desenvolver na semana da propriedade, faz com que tenham uma visão do que o filho de fato está aprendendo, o que leva a crer que esta forma de qualificação é muito valiosa. Para a permanência no campo, o conhecimento adquirido pode se tornar uma forma alternativa para incrementar a propriedade. Afirma que seu filho é uma pessoa de sucesso e tem certeza que a permanência é certa e não há porque deixar o campo, uma vez que o conhecimento condiz com a realidade do campo.

**Entrevistado 13:** Para ele, o fato de seu filho de 20 anos frequentar a Casa é motivo de alegria. O jovem que já cursou o Ensino Médio em escola tradicional e está na casa, por isso, sabe diferenciar as duas escolas. Moram na localidade de Rio Novo, têm uma propriedade de 9 alqueires, na qual procuram fazer a diversificação das atividades, para não se tornar um círculo vicioso, ou seja, plantar sempre as mesmas coisas.

Plantam verduras, milho, feijão e aveia para adubação verde, uma vez que têm gado para aproveitamento da mesma, mas mesmo assim, com este processo fazem o tratamento da área. Ele conheceu a Casa Familiar Rural através de um amigo, que também teve seu filho estudando lá.

Para a continuidade da atividade a qual meus seus pais o ensinaram, foi preciso muita dedicação, responsabilidade e acima de tudo, o gosto pela terra. Na opinião dele o que posso fazer por seus filhos é dar estudo, o que seus pais não puderam dar, não puderam proporcionar-lhe. Afirma que com o conhecimento adquirido é possível fazer com que o jovem manifeste o desejo de ficar e continuar na atividade, uma vez que ele se encontrará qualificado para isso.

**Entrevistado 14:** Tem uma filha que está tendo a oportunidade de estudar e frequentar a Casa Familiar Rural. A menina tem 18 anos e sabe discernir entre o ficar e o sair. Para a jovem, ficar é a coisa mais importante e um dos motivos desta decisão, foi o fato de estudar na Casa Familiar Rural. Moram na localidade de Cavernoso, em uma propriedade de seus pais, que futuramente será dela. Conheceu a Casa e achou interessante proporcionar este tipo de estudo para a sua

filha, que está bem contente e ele também. Na semana que a filha fica na Casa, ela aprende muita coisa para ser implantada na semana que vai para a propriedade.

Tudo o que a filha aprende procura repassar para a família. O que lhe chamou a atenção para continuar investindo para que ela seja alguém na vida. O fato de ela se desligar por uma semana deles é motivo de comemoração, pois faz com que cresça, amadureça e comece a ver o mundo como ele é, com suas variadas faces.

Para permanecer no campo, a Casa, é um instrumento facilitador da atividade, uma vez que ela é um marco decisório no desejo de ficar ou partir. Dessa forma, os pais, concordam quando os filhos mesmo sem serem emancipados resolvem estudar na Casa Familiar Rural. Para eles, qualificação é um assunto sério e compete a cada ator do sistema, buscar alternativas para fazer a diferença em um mundo tão igual.

O que chamou a atenção dos pais, para que seus filhos estudem na Casa Familiar Rural, foi a forma do estudo diferenciado, ou seja, a forma da alternância. Isto se deu pelo fato de uma semana permanecer na Casa estudando em tempo integral e na outra ir para a propriedade praticar o que se aprendeu e repassar este conhecimento para os pais. Para eles, esta forma de estudo é muito importante, pois além de buscarem qualificação para a permanência no campo, todo o conhecimento adquirido é mostrado *in loco*, o que facilita a participação dos mesmos nas atividades desenvolvidas na Casa.

Para os pais dos educandos, 90% deles, não possuem estudo suficiente, mas eles têm a experiência para se lidar com as atividades do campo. Diante disso, a maior dificuldade encontrada na atividade agropecuária é o não reconhecimento do trabalho do pequeno agricultor, ou seja, diferenças gritantes com os preços das sementes e também com os da comercialização. Também cabe destacar, a dificuldade aos créditos bancários, falta de investimentos na área agrícola, altos preços dos insumos utilizados para complementar o processo produtivo.

Embora haja tanta discrepância, o meio rural oferece formas de sobrevivência muito boas. Ressalto a capacidade da Casa Familiar Rural, através de sua associação, proporcionar à comunidade, benefícios de hora máquina/trator para

facilitar o plantio e colheita da produção, em que cada produtor tem direito a uma certa quantidade de horas de uso do equipamento da Casa.

A importância da Casa Familiar Rural para a agricultura e a permanência do jovem agricultor é o fato do conhecimento estar direcionado ao campo. Exemplo disso são as hortas desenvolvidas na sede da Casa Familiar Rural, em que os jovens tomam conta das mesmas, além da produção ser direcionada ao consumo próprio, havendo produção em excesso, é destinada às escolas municipais para a merenda escolar.

Para 100% dos pais, a Casa Familiar Rural faz com que seus filhos aprendam diferenciar o campo da cidade, pois para consumo de frutas terá de dispor de uma quantia monetária para estar fazendo esta aquisição. Enquanto na propriedade rural, na época de frutas, dispensa este valor monetário. E para consumo de verduras, enquanto produtor pode colher a planta fresca para se alimentar.

Dessa forma, a Casa Familiar Rural é um instrumento para condução da permanência do jovem no campo. Através do conhecimento diferenciado possibilita ao jovem decidir ficar na propriedade rural. Isto faz com que o mesmo busque condições de qualificar-se continuamente para melhorar o desempenho de sua atividade rural.

Evidencia-se que para 60% dos jovens agricultores que permaneceram, houve uma melhoria significativa nas condições de vida dos agricultores, educandos e suas famílias. Com a efetiva permanência do jovem no campo e a capacitação para o meio rural, é possível alavancar mudanças para o despertar dos jovens e de suas famílias para a importância da Casa Familiar Rural, para o crescimento do indivíduo como pessoa e como profissional, levando à permanência no campo e suas atividades de forma criativa e inovadora, respeitando a natureza. Com este estudo, se comprova que a permanência é item de vital importância para os pais, o que significa que 100% dos entrevistados querem que seus filhos continuem na atividade. Uma de suas principais preocupações diz respeito ao futuro de seus filhos, pois acreditam que permanecer no meio rural e buscar qualificação, estarão se fixando ao campo, sem ter que mais tarde optar por abandonar a atividade e estar buscando outra atividade fora do local de origem.

O jovem agricultor tem características em comum com o jovem de qualquer outro lugar: mudanças no relacionamento familiar, dúvidas, ansiedades, o futuro profissional se desenhando. Embasados neste contexto, como alternativa, é a Casa Familiar Rural (CFR), uma escola diferenciada, ou seja, uma escola para filhos de agricultores, que tem o objetivo de oferecer aos jovens rurais uma formação integral, adequada a sua realidade, que lhes permitam atuar, no futuro, como um profissional no meio rural, além de se tornarem homens e mulheres em condições de fazerem uma leitura crítica do mundo.

Com a preocupação de melhorar a qualidade de vida dos produtores rurais, através da aplicação de conhecimentos técnico-científicos organizados a partir dos conhecimentos familiares, procurando manter as suas tradições, a pedagogia da alternância procura fomentar no jovem rural o sentido de comunidade, vivência grupal, desenvolver o espírito associativista e desenvolver a consciência de que é possível através de técnicas de produção adequadas, de transformação de comercialização, viabilizar uma agricultura sustentável, sem agressão e prejuízos ao meio ambiente.

A partir da experiência vivenciada na Casa Familiar Rural, o foco do ensino, acontece a partir da realidade dos jovens agricultores, com isso há uma participação ativa da família na formação dos mesmos, pois o diferencial da CFR, são os instrumentos utilizados, tais como: visita à propriedade, realizada pelos monitores da CFR, os quais participam da realidade da família. Cabe observar a evolução e o desenvolvimento do jovem agricultor e de suas famílias a partir do ingresso na CFR.

Durante as entrevistas com os responsáveis pelos educandos, foi possível observar o envolvimento e a participação da família junto aos assuntos referentes ao jovem agricultor. As propriedades estão localizadas próximas e o fator localização da propriedade é considerado importante, pois a visita dos monitores até as propriedades das famílias é facilitada. A alternância educativa significa aprendizagem contínua mesmo em espaços e tempos diferentes, escola- família-comunidade-trabalho.

Com o estudo, se verificou que em 100% das famílias, todos os membros residentes estão envolvidos nos trabalhos da propriedade, o que demonstra que as famílias estudadas apresentam um perfil de agricultores familiares. A importância da família constitui célula de produção, na qual a gestão e o trabalho são realizados

pelos seus membros. Para o desenvolvimento rural, é preciso também fortalecer a agricultura familiar e o agricultor familiar empreendedor. Partindo dessa pequena produção familiar, ocorre a geração de renda e absorção dessa força de trabalho numa escala que é responsável por números significativos na produção agrícola brasileira.

Para apoiar esses agricultores familiares, foi criado pelo Governo Federal em 1995, o Programa Nacional do Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, com o intuito de atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família. Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria da Agricultura Familiar e administrado pelo BNDES (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2009, p. 10).

O Pronaf é uma iniciativa de políticas públicas, atua na direção de viabilizar a produção, a industrialização e a comercialização dos produtos gerados nos núcleos de agricultura familiar. Para isso, é oferecido o acesso ao crédito, às pesquisas e às novas tecnologias e assistência técnica. Através desse programa, os processos deixam de serem amadores para se profissionalizarem e oportunizam benefícios, inclusive a agregação de valor aos produtos rurais e a comercialização direta com o consumidor, garantindo, assim, um aumento de renda para o produtor rural.

Tem como objetivo o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares.

Através do programa, é possível construir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares e suas famílias, visando ao aumento e à diversificação da produção, com o conseqüente crescimento dos níveis de emprego e renda, proporcionando bem-estar social e qualidade de vida.

A atuação no programa é municipalizada e permite que os agricultores gerem as demandas e encontrem as soluções necessárias no próprio município ou nos seus arredores. O Pronaf beneficia os agricultores familiares, sejam eles

proprietários, assentados, posseiros, arrendatários, parceiros ou meeiros, que utilizem a força de trabalho familiar e tenham, no máximo, dois empregados permanentes. É necessário que a renda familiar seja, no mínimo, 80%, retirada da atividade agrícola.

Dentro do PRONAF nasceu uma linha de crédito de até R\$ 6.000,00 voltada para os jovens de 16 a 25 anos, o Pronaf Jovem, que tem como objetivo o financiamento dos projetos agropecuários do jovem agricultor, destinado à sua permanência no campo, bem como estímulo às ações que gerem emprego e renda e ao desenvolvimento de novas atividades nas propriedades rurais familiares.

Para participar, os jovens precisam ter passado por pelo menos 100 horas de formação profissional, em centros familiares de ensino e formação que preencham os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar do MDA, e tenham concluído ou estejam cursando o último ano de curso técnico agrícola. Os jovens agricultores que participam dos programas de qualificação, têm acesso ao crédito com qualidade, compreendendo-o não como benefício social, mas como possibilidade de geração de trabalho e renda para a juventude do campo, através da implantação de atividades inovadoras (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2009, p. 3).

As vantagens do Pronaf para os produtores se dão na obtenção de financiamento de custeio e investimento com encargos e condições adequadas à realidade da agricultura familiar, de forma ágil e sem custos adicionais. O aumento de renda mediante melhoria de produtividade, do uso racional da terra e da propriedade, bem como melhoria das condições de vida do produtor e de sua família. Agilidade no atendimento para os produtores que honrarem seus compromissos, garantia de recursos para a safra seguinte, com a renovação do crédito até 5 anos, no caso de custeio das atividades. Já para o país, representa maior oferta de alimentos, principalmente dos que compõem a cesta básica: arroz, feijão, mandioca milho, trigo e leite e estimula a permanência do agricultor no campo com mais dignidade e qualidade de vida.

O PRONAF é um programa que busca assegurar o acesso ao crédito barato a pequenos produtores, além de integrá-los a outras políticas de desenvolvimento rural, como suporte ao desenvolvimento de infra-estrutura e assistência técnica.

Com a aplicação na propriedade dos conhecimentos adquiridos, o convívio com a família e sua atuação na comunidade fez com que o desempenho do jovem a partir de sua formação na CFR, as famílias consideraram que os jovens apresentaram desempenho bom e favorável, justificando que os mesmos poderiam estar ainda mais atuantes na propriedade e mais participativos nos trabalhos da comunidade.

As famílias estão capacitadas a adquirir novos conhecimentos e promover mudanças significativas nas suas propriedades a partir da formação do jovem na CFR, pois além de oferecer uma educação voltada para a formação integral do jovem envolvendo sua família e a comunidade, respeita o seu espaço de atividade.

Para as famílias da turma 2009, os jovens aprendem a participar ativamente na comunidade, fazendo parte de associações e sindicatos, o que demonstra que a formação adquirida na Casa Familiar Rural além de formá-los enquanto jovens agricultores está formando lideranças.

Para Begnami (2006, p. 11) a alternância considera o educando como ator no seu meio sócio profissional e não apenas um aluno. O processo de estudo alternante busca levar os jovens ao engajamento social a partir da participação concreta em grupos, entidades, movimentos, dentre outros.

Verifica-se através de documentos obtidos juntos à CFR, que 60% dos jovens que freqüentaram a Casa Familiar Rural permanecem na propriedade e esta permanência do jovem agricultor no meio rural, faz com que tenha a pretensão de continuar com as atividades de suas famílias, pois, se identificam com o meio rural. As famílias estão satisfeitas com o desenvolvimento das atividades e por terem seus filhos estudando na CFR, o que faz desta instituição uma importante ferramenta para a qualificação e permanência do jovem agricultor no campo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada apontou a necessidade de se buscar uma nova estratégia para a permanência do jovem agricultor no campo. Com base nas melhorias que a qualificação traduz ao homem do campo, o jovem agricultor busca condições para inovar e aumentar a produtividade, através de tecnologia para a produção, e utiliza-se da mão-de-obra familiar existente na propriedade. Com isso, evita-se o êxodo rural e garante aos agricultores um rendimento mensal, bem como favorece a busca por novos conhecimentos para a atividade em questão.

Durante o estudo desenvolvido foi possível verificar uma predominância de jovens do sexo masculino na Casa Familiar Rural, o que representa 88% dos educandos e apenas 12% são do sexo feminino. Esse dado confirma que há uma discrepância do meio rural em que prevalece a masculinização. Isto se mostra claramente quando o jovem agricultor permanece no campo, ao contrário das jovens agricultoras que, mesmo permanecendo, ficarão alheias à atividade, ou seja, constituirão famílias. No caso dos jovens, os homens querem continuar trabalhando na propriedade, enquanto que as jovens agricultoras demonstram o desinteresse na continuidade da atividade.

O envolvimento do jovem na permanência para o desenvolvimento da atividade rural mostra que ele precisa estar preparado para auxiliar na propriedade da melhor forma possível. A vantagem de capacitação dos jovens vai desde a preocupação com o futuro das propriedades, a maior abertura, por parte deles para mudanças a novos processos produtivos, bem como o incentivo a continuar e se envolver cada vez mais com a atividade rural.

Ao permanecer no campo, o jovem agricultor através do processo de qualificação, vê de forma sustentável e economicamente viável, como otimizar o uso dos recursos naturais disponíveis. Aprende técnicas de manejo que permite aumentar a produtividade de suas atividades, aprender a administrar sua propriedade de forma correta. Isso pode ser conseguido através de qualificação que ajudam a melhorar a qualidade de vida no campo.

Assim, esta estrutura produtiva colabora diretamente no desenvolvimento e participação efetiva de toda a família. Os jovens agricultores iniciam sua participação

nas atividades rurais muito cedo, passando a ter maiores responsabilidades dentro da propriedade rural em relação aos deveres como agricultor. Tanto no aspecto produtivo, econômico ou social, passam também a visualizar e sentir as dificuldades que a agricultura familiar tem enfrentado ao longo dos anos.

Então surge à necessidade do jovem rural criar idéias ou achar meios que venham solucionar ou minimizar os eventuais problemas por eles encontrados. Como o conhecimento técnico dos jovens rurais, geralmente, é passado de pai para filho e em muitos casos o nível educacional dessas pessoas é baixo, favorecendo a forma de resistência, em que os jovens agricultores ficam limitados ao modo de produção dos pais, muitas vezes ultrapassados e ineficientes.

Para que a agricultura familiar continue exercendo o papel importante para o país é necessário que o jovem agricultor se qualifique, pois serão os responsáveis pelo futuro do setor e estejam preparados para as eventuais mudanças que venham acontecer. Através de meios que fortaleçam a agricultura familiar, como uma forma de garantir a permanência do jovem agricultor no campo, constitui a qualificação uma busca incessante para que aliado à diversificação da atividade seja capaz de promover a integração econômica.

Diante do exposto, a problemática da relação entre permanência do agricultor no campo e qualificação, evidenciou-se com o estudo que a qualificação possibilita a permanência do jovem no campo.

Portanto, a permanência do agricultor familiar no campo através da qualificação, é uma forma de fazer com que o homem do campo exerça suas atividades produtivas na propriedade, onde o conhecimento adquirido, assume diversas formas de atuação no espaço rural. Com isso, é possível afirmar que a qualificação fortalece a agricultura familiar. Dessa forma, a capacitação dos jovens agricultores, e as mudanças, bem como novos processos produtivos, incentiva cada vez mais pela permanência no campo e o desenvolvimento da atividade rural.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Edições Unesco, 1998.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba-RS: Agropecuária, 2002.

\_\_\_\_\_. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

BEGNAMI, J. B. **Pedagogia da Alternância como Sistema Educativo**. Revista da Formação por Alternância. Belo Horizonte, v.2, p. 24-47, junho /2006.

BITTENCOURT, G. A.; BIANCHINI, V. **Agricultura familiar na região sul do Brasil**, Consultoria UTF/036-FAO/INCRA, 1996.

BUAINAIN, A. M., ROMEIRO, A. R e GUANZIROLI, C. **Agricultura familiar e o novo mundo rural**. *Sociologias*. [online]. 2003, no.10, p.312-347.

Disponível no site: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222003000200011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222003000200011&lng=pt&nrm=iso). ISSN 1517-4522.

Acesso em: 5/5/2010.

BUAINAIM, A. M.; ROMEIRO, A; **A agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de produção**. Projeto: UTF/BRA/051/BRA. Março de 2000. 62 p. Disponível em:<http://www.incra.gov.br/fao>

Acesso em: 12/12/2009.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, dia 25/7/2006.

CHAYANOV, A. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. In. GRAZIANO DA SILVA e STCKLER (org.). São Paulo: Brasiliense, 1981.

CANCELIER, J. W; CAMPOS, N. J; BERTOLLO, V. L. (2005). **Agricultura familiar: Possibilidades e estratégias re reprodução; O caso de Chapecó – SC** (III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

CANUTO, J.C.; SILVEIRA, M.A. da; MARQUES, J.F. **Sentido da agricultura familiar para o futuro da agroecologia.** Ciência & Ambiente, Santa Maria, v.5, n.9, p.57-63, jul./dez. 1994.

CARMINATTI, L. **Os significados da Equidade e Justiça Social para os Feirantes da Feira de Produtos Agroecológicos e coloniais da Unochapecó.** Monografia (Conclusão do Curso de Serviço Social) Universidade Comunitária Regional de Chapecó, 2005.

CARMO, R.B.A. **A Questão Agrária e o Perfil da Agricultura Brasileira 1999.** Disponível em <http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/pub/sober>. Acesso em: 10 de abril de 2010.

CARMO, M.S.; SALLES, J.T.A. **Sistemas familiares de produção agrícola e o desenvolvimento sustentado.** In .ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 1998, Florianópolis. Anais. Disponível em. <[http:// gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/pub/sbs3/html](http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/pub/sbs3/html)>. Acesso em 25/11/2009.

CARNEIRO. M.J. **Juventude Rural:** projetos e valores. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martim (Orgs.). Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma perspectiva nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.

CASTRO, N. A. **Qualificação, qualidades e classificações.** Revista Educação & Sociedade, n.45, agosto 1993.

\_\_\_\_\_. Organização do trabalho, qualificação e controle na indústria moderna. In: MACHADO, Lucília et. Al. (Org.) **Trabalho e educação.** 2. ed. Campinas: Papyrus, 1994. p. 69-86, (Coletânea CBE).

\_\_\_\_\_. **Qualificação, mercados e processos de trabalho:** um estudo comparativo no complexo químico brasileiro. Salvador, agosto de 1995. (in *mimeo*)

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. In: Agroecologia e **Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set. de 2001, p. 1-7.

DESER, **Departamento Sindical de Estudos Rurais. Cartilha do Leite:** impactos da nova legislação do leite sobre a produção na agricultura familiar. Frente Sul da Agricultura Familiar. Subsídios para discussão, 2003.

DULTRA, J. A. L.; BASTOS, A. V. B.; **Trabalho, qualificação e competências: um desafio atual.** Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Administração – ISSN 1984-5294 – Edição Especial - Vol. 1, n. 2, p.26-58, Julho/2009.

EMATER, **Qualificação dos produtores de leite.** Disponível <http://www.emater.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=1794>, Acesso em: 18/10/2009

EMBRAPA, **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.**

Disponível em: < <http://www.embrapa.br/>>.

Acesso em: 20/5/2010.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável.** Brasília, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, março, 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

**GARAY. A. B. S. Reestruturação Produtiva e Desafios de Qualificação: Algumas Considerações Críticas:**

Disponível em: <http://read.adm.ufrgs.br/read05/artigo/garay.htm>

Acesso em: 2/12/2009.

GARAY, Â. B. S. **As diferentes faces do processo de qualificação: algumas dimensões esquecidas.** Revista de Administração. São Paulo, v. 32, n. 3, p.52-61, jul./set. 1997.

GIMONET, J. C. **“A alternância na formação: método pedagógico ou novo sistema educativo?”** [s.ed.], 2002.

\_\_\_\_\_. **Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs.** Jean Claude Gimonet: tradução de Thierry de Burghgrave. Petrópolis, RJ: Vozes. Paris: Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural AIMFR, 2007. (Coleção AIDEFA – Alternativas Internacionais em Desenvolvimento, Educação, Família e Alternância).

GITAHY, L. **Inovação tecnológica, subcontratação e mercado de trabalho.** São Paulo em perspectiva, v.8, n.1, p.144-153, janeiro/março 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIRARDI, E. **Agricultura Familiar e seu Impacto no Mercosul.** Frederico Westphalen: URI, 1996.

GODINHO. M. S. O. **Pedagogia da Alternância: uma proposta diferenciada.**

Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/3845/1/pedagogia-da-alternncia>.

Acesso em: 3/12/2009

GONÇALVES, J S. **Agricultura Brasileira: Desafios ao Fortalecimento de um Setor Fundamental.** São Paulo: Apta / SAA. 2000.

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto.** Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev/2000. 74 p.

Disponível em: <http://www.incra.gov.br/fao/pub3.html>. Acesso em: 10/10/2009.

\_\_\_\_\_. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira.** 2. ed. Ver. Campinas, SP. UNICAMP. IE, 1998.

GUILHOTO, J. M.; SILVEIRA, F. G.; ICHIHA, S. M.; AZZONI, C. R. **A importância do agronegócio familiar no Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 44, p. 355-382, 2006.

HIRATA, H. S. **O debate sobre o fim ou a centralidade do trabalho**. Palestra proferida no curso Centralidade do Trabalho, Qualificação e Gênero, promovido pelo CRH/FFCH/UFBA, em Salvador – Ba, no período de 18 a 20/08/1999. Anotações.

IBGE - **Censo da população, 2000**.

Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 2/12/2009.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**.

Disponível em: <http://www1.ibge.gov.br>. Acesso em: 2/12/2009.

IBGE. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000.

INCRA/FAO. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília, 1996.

INCRA, **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. Ministério do Desenvolvimento Agrário: Brasília, Fevereiro de 2001.

IPARDES. **Caderno Estatístico Município de Candói**.

Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=85140>  
Acesso em: 28/4/2009.

LAMARCHE, H. (Coord.) **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: FUCAMP - Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP, 1993-1998.

LARANGEIRA, S. Qualificação. In: CATTANI, A. D. (Org.) **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Editora Universidade, 1997. p. 191-195.

LEITE, M. de P.; POSTHUMA, A. C. **Reestruturação produtiva e qualificação: reflexões iniciais**. Campinas, julho de 1995 (*in mimeo*).

LEITE, M. P. **O futuro do trabalho - novas tecnologias e subjetividade operária**. São Paulo: Página Aberta, 1994.

LEYTON, K; PEREIRA, M. T; RAFFO, J. G. **Elaboração de um modelo de Sistema de Informações Geográficas (SIG) para a Agricultura Familiar do município de Piracicaba**. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” LES - Departamento de Economia, Administração e Sociologia 0010601 – Estágio profissionalizante em Engenharia Agrônômica. Piracicaba, 2005.

LIMA, J. M.; SANTOS, A. A. et.al. in **Agricultura familiar e sustentabilidade socioambiental: uma Relação de trabalho e poder**. Instituto Construir e Conhecer; Goiânia; Enciclopédia Biosfera N.05; 2008; ISSN 1809-05835.

MACHADO, L. R. de S. Mudanças tecnológicas e educação da classe trabalhadora. In: MACHADO et al. (Org.) **Trabalho e educação**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1994, p. 9-23 (Coletânea CBE).

MARCONI, M.de A. LAKATOS. **Técnicas de pesquisa** : planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, G. de A. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, G. de A. LINTZ, A. **Guia para elaboração de monografias e trabalho de conclusão de curso**. São Paulo: Atlas, 2000. 108 p.

MEISTER, J. M. **Estudo sobre os Impasses Encontrados pelos Agricultores Familiares Feirantes de Chapecó para ampliar a produção orgânica**. 2001. 58 p. Monografia (Conclusão do Curso de Agronomia) Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação anual de informações sociais – In: Banco de Dados do Curso de Ciências Econômicas. UNOCHAPECÓ. 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria da Agricultura Familiar – Saf. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Mel e de Produtos Apícolas. Brasília, 02 de junho de 2009. Secretaria da Agricultura Familiar. Ministério da Agricultura. Disponível no site: [http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/CAMARAS\\_CONSELHO\\_S/CAM\\_CON\\_CAMARAS/SETORIAIS/MEL/APRESENTACOES/XIII\\_RO/APP\\_MDA%20-%20PRONAF.PDF](http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/CAMARAS_CONSELHO_S/CAM_CON_CAMARAS/SETORIAIS/MEL/APRESENTACOES/XIII_RO/APP_MDA%20-%20PRONAF.PDF). Acesso em: 10/12/2009.

MUNGUIA PAYÉS, M.A.; SILVEIRA, M.A. da. **A racionalidade econômica do empresário familiar**. Jaguariúna : Embrapa-CNPMA, 1997. 20p. (Embrapa-CNPMA. Documentos, 10).

MUSSOI, E.M. **Agricultura familiar... agricultura "insuficiente"?** Agropecuária Catarinense, Florianópolis, v.10, n.3, p.57, 1997.

NEVES, M. de A. ; LEITE, M. P. Qualificação e formação profissional: um novo desafio. In: LEITE, Márcia P.; NEVES, Magda de A. (Org.) **Trabalho, qualificação e formação profissional**. São Paulo: Rio de Janeiro: ALAST,1998. p. 9-18.

OLALDE A. R. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>> Acesso em: 1/12/2009.

PAIVA, V. **Produção e Qualificação para o Trabalho**: uma revisão da bibliografia internacional. Cadernos SENE, Brasília, MEC, São Paulo, Cortez. 1991.

PASSADOR, C. S. **Um estudo do Projeto Escola do Campo - Casa Familiar Rural (1990-2002) do Estado do Paraná: A Pedagogia de Alternância como Referencial de Permanência.** Dissertação (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, USP, Brasil – São Paulo, 2003.

PASSADOR, C. S. **“Projeto Escola do Campo: Casas Familiares Rurais do Estado do Paraná”.** Em *Novas Experiências em Gestão Pública e Cidadania*. Marta Ferreira Santos Farah e Hélio Batista Barboza (orgs.). São Paulo: Editora FGV. 2000.

Portugal, A. D. **Agricultura Familiar.** Revista *Agroanalysis*, no mês de março de 2004. Disponível em: <http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189/> Acesso em: 15/12/2009.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo26.htm>. Acesso em: 21/3/2010.

ROPÉ, F; TANGUY, L. (Org.) **Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa.** Campinas: Papirus, 1997.

SACHETO. R. **Agropolos: sustentabilidade para agricultura familiar.** 2006. Disponível em: [http://inovacao.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-23942006000100012&lng=pt&nrm=iso](http://inovacao.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-23942006000100012&lng=pt&nrm=iso) Acesso em: 10/6/2010.

SILVA, L. H. Modalidades, representações e práticas de alternância na formação de jovens agricultores. In: **Revista da formação por alternância.** Brasília, ano.1, v.1, n.2, p. 5-23, jul. 2006.

TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura familiar: Realidades e perspectivas.** 2ª ed. Passo Fundo: EDIUPF. 1999. 405p.

TOSCANO, L. F. **Planejamento Sócio - Economia, Ambiental do PEMBH e Agricultura Familiar - CATI Regional de Votuporanga.** Diário de Votuporanga, Ano 50, nº 12.769, 09 de Outubro de 2003.

WANDERLEY, N. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: TEDESCO (Org.) *Agricultura familiar: realidades e perspectivas.* Passo Fundo - RS: UPF, 2001.

WANDERLEY, M. de N. B. **Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov.** Campinas: UNICAMP, 1989.

\_\_\_\_\_. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Tedesco, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas.** 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.